

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ERILANE DE SOUZA GUIMARÃES

**A CASA DA CRIANÇA DA CIDADE DE MANAUS: história de uma instituição
educativa**

Sorocaba
2012

ERILANE DE SOUZA GUIMARÃES

A CASA DA CRIANÇA DA CIDADE DE MANAUS: história de uma instituição educativa

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora professora Dra. Vania Regina Boschetti

Sorocaba

2012

Ficha Catalográfica

Guimarães, Erilane de Souza

G977c A Casa da Criança de Manaus: história de uma instituição educativa /
Erilane de Souza Guimarães. -- Sorocaba, SP, 2012.

81 f. : il.

Orientador: Profa. Dra. Vania Regina Boschetti.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Sorocaba,
Sorocaba, SP, 2012.

Inclui bibliografia.

1. Casa da Criança – Manaus (AM) - História. 2. Prática de ensino –

ERILANE DE SOUZA GUIMARÃES

A CASA DA CRIANÇA DA CIDADE DE MANAUS: história de uma instituição educativa

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Pres.: Prof^a Dra. Vania Regina Boschetti

1º Exam.: Prof^a Dra. Jane Soares de Almeida

2º Exam.: Prof^a Dra. Valdelice Borghi Ferreira

Dedico este trabalho à minha mãe Ana Madalena Lins de Souza (*in memoriam*), e a meus filhos (Kallyl e Karen).

AGRADECIMENTO

Primeiramente agradeço a Deus aos meus parentes que ajudaram durante o período que estive ausente para dedicar-me ao curso, especialmente às minhas irmãs Núbia e Silvana; ao Rosevelt (cunhado), Silvio (irmão) e Selma (prima). Aos meus amigos e amigas que torceram por mim entre eles Assislene Mota e Claudison Rodrigues. Antes de tudo preciso dizer que meus agradecimentos não são formais, eu não me reconheceria neles se assim fora.

Minha gratidão às Irmãs, filhas da caridade, principalmente Irmã Maria Fernanda, diretora da Casa da Criança, aos funcionários da instituição pela atenção dada para realização desta pesquisa. À dona Esmeralda Batista (professora aposentada).

Agradeço a Universidade de Sorocaba (UNISO) na pessoa do professor Dr. Wilson Sandano, e a todos os docentes do curso de Pós-Graduação pelas sugestões e orientações, à banca de qualificação e defesa. Em especial a minha orientadora professora Dra. Vania Regina Boschetti, pela paciência, pelos ensinamentos e dicas de pesquisa e pelas horas de leituras, bem com pela consideração de ter aceitado a orientação de minha dissertação, na esperança de retribuir a confiança em mim depositada, à Maria Carla (bibliotecária). A todos muito obrigada!



A Casa da Criança lida com crianças carentes, que precisam de amor, carinho e alimentação. Essa obra vem suprimindo as necessidades das crianças diariamente, onde ela encontra: educação, alimentação, lazer, amor, a nossa missão como professora, como educadora, essa missão que todos os dias nós vivemos dentro desta casa.

(Elenice Furtado)

RESUMO

Esta dissertação vinculada à linha de pesquisa “História e Historiografia Políticas e Práticas Escolares” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba – UNISO, faz um estudo sobre a Casa da Criança, uma instituição filantrópica, fundada em 01 de fevereiro de 1948, na cidade de Manaus, que desenvolve atividades de assistência social e ensino, para crianças carentes com idade entre dois e cinco anos. A pesquisa tem por objetivos contribuir para o acervo histórico da cidade pela identificação e registro das iniciativas e práticas educativas presentes na cidade; divulgar os saberes e fazeres difundidos por essa instituição escolar e, tornar conhecidos os benefícios associados à criação, implantação e consolidação institucional. A pesquisa está direcionada à releitura da organização sócio-histórica-cultural da Casa da Criança, realizada mediante procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental. Levanta a hipótese que, mesmo com surtos econômicos significativos, a população carente local não se beneficiou como seria de direito, do acesso à educação. Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados como recursos materiais iconográficos da instituição, organização e sistematização das informações obtidas para produção do texto final, consulta de documentos institucionais e municipais extraídas evidências, indícios e pistas referentes às práticas escolares da instituição. Como procedimento metodológico a pesquisa pode contar também com entrevistas de funcionários e ex-funcionários, dando concretude a ela pela sua natureza descritiva e analítica. A partir dos estudos da cultura escolar, foi possível analisar as informações conflituosas ou não, de cada período da sua história enquanto instituição filantrópica. Para Julia (2001) cultura escolar é um conjunto de normas que se define através dos conhecimentos a serem ensinados e de condutas de pesquisa a serem refletidas. Por isso a pesquisa buscou a uma leitura diversificada: filantropia, historiografia, legislação, cidadania, infância, instituições escolares, socialização e outras que forneceram as dimensões educacionais do ensino no Brasil. Como resultado apresenta uma referência material organizada para a valorização das práticas escolares desenvolvidas em Manaus, além de demonstrar a história e a memória da educação regional, seus saberes e fazeres sócio-histórico-culturais, a partir da pesquisa científica.

Palavras-chave: **Educação. Cultura Escolar. Memória. Instituição Educacional.**

ABSTRACT

This dissertation, linked to the research line "History and Historiography school policies and practices", of the Post-Graduate Program of the Education Course University of Sorocaba - UNISO, makes a study of the Casa da Criança, a philanthropic institution founded on February the 1st, 1948, in Manaus, which builds social assistance and education for children aged between two and five years. The research aims to contribute to the historical collection of the city for the registration and identification of educational initiatives and practices present in the city; disseminate the knowledge and practices disseminated by the educational institution, and make known the benefits associated with the creation, implementation and institutional consolidation. The research is directed to the rereading of socio-historical-cultural organization of Casa da Criança, held by literature procedures and documentation. For both, were used as resources: iconographic materials and video of the institution, organization and systematization of information obtained for the production of the final text, consult documents institutional and municipal – extracted evidence, evidence and clues regarding school practices of the institution. As a methodological approach, to research could also rely on interviews of employees and former employees, giving strength to it by its descriptive and analytical nature. From the studies of school culture, it was possible to analyze the conflicting information or not from each period of its history as a philanthropic institution. To Julia (2001), school culture is a set of rules that defines through the knowledge to be taught and to inculcate behavior. Therefore, the research sought a diverse reading: philanthropy, historiography, law, citizenship, childhood, educational institutions, socialization, and others, which provided the educational dimensions of teaching in Brazil. As a result, it presents an organized material references to the valuation of the school practices developed in Manaus, in addition to preserving the history and the memory of the regional education, their socio-historical-cultural knowledge and practices and the increasing of the scientific production, which will play the role of the theoretical background for academic papers and areas related to Education.

Keywords: Education. School Culture. Memory. Educational Institution.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Encontro das Águas (foto de satélite)	16
Figura 02	Encontro das águas (Rio Negro e Rio Solimões)	16
Figura 03	Onça pintada	16
Figura 04	Afluente do rio Amazonas	16
Figura 05	Peixe típico da região (Pirarucu)	17
Figura 06	Planta da cidade de Manaus – 1852	22
Figura 07	Vista aérea de Manaus	24
Figura 08	Corte em V, em uma seringueira já trabalhada pela machadinha	25
Figura 09	O defumadouro de borracha	25
Figura 10	Teatro Amazonas – construído durante o apogeu da borracha	28
Figura 11	Mercado municipal Afolpho Lisboa	29
Figura 12	Centro cultural Palácio Rio Negro	29
Figura 13	Prédio da Alfândega de Manaus	29
Figura 14	Vista aérea da Zona Franca de Manaus	34
Figura 15	Fachada da Casa da Criança	40
Figura 16	1º Pavilhão da Casa da Criança	40
Figura 17	Crianças no pátio da Casa da Criança	40
Figura 18	Berçário da Casa da Criança	40
Figura 19	Refeitório da Casa da Criança	40
Figura 20	Logomarca da instituição	46
Figura 21	D. João da Matta com as primeiras irmãs e jovens assistidas	47
Figura 22	Fachada central da Casa da Criança	48
Figura 23	Irmã M ^a Laura com suas ajudantes e crianças	50
Figura 24	Prédios e pavilhões da Casa da Criança	52
Figura 25	Ambientes físicos da Casa da Criança	53
Figura 26	Festa para comemorar os 60 anos da Casa da Criança - Salão aberto	58
Figura 27	Crianças no salão aberto	65
Figura 28	Festa junina	66
Figura 29	Festa da medalha milagrosa	66
Figura 30	Homenagem às mães	66
Figura 31	Comemoração dos 60 anos da instituição	66

Figura 32	Sala de aula	69
Figura 33	Apresentação das crianças	69
Figura 34	A Educação Infantil na perspectiva de formação integral	69
Figura 35	Crianças em evento no salão aberto	70

LISTA DE SIGLAS

AIC	Associação Internacional da Caridade
CEAS	Conselho Estadual de Assistência Social
CEB	Câmara de Educação Básica
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNE	Conselho Nacional de Educação
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
ONGs	Organizações Não Governamentais
PIM	Pólo Industrial de Manaus
PIB	Produto Interno Bruto
PROINFANTIL	Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil
RCN's	Referenciais Curriculares Nacionais
SEAS	Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania
SEDUC/AM	Secretaria de Estado de Educação (Amazonas)
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SSVP	Sociedade São Vicente de Paulo
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
ZFM	Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O ENTORNO SÓCIO-GEOGRÁFICO DE MANAUS	17
2.1 O estado do Amazonas	17
2.2 A cidade de Manaus	22
2.3 A economia e o desenvolvimento	24
3 A CASA DA CRIANÇA: uma instituição educativa religiosa	41
3.1 A companhia no mundo	45
3.1.1 Educação Vicentina	46
3.2 A instalação da instituição	48
3.2.1 Espaço físico	52
3.2.2 Regimentos, estatutos e legalidades	53
3.2.3 Perfil sócio-econômico dos assistidos	55
3.2.4 Intercâmbio da entidade com a sociedade	57
3.2.5 Direção e organização dos trabalhos	62
3.2.6 Atividade escolar	64
3.2.7 A Educação Infantil na perspectiva de formação integral	69
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	76
ANEXO A – Estatutos da Casa da Criança	80
ANEXO B – Estatuto Social da Casa da Criança	82
ANEXO C – Calendário escolar (2010) Educação Infantil	93

1 INTRODUÇÃO

O que suscitou minha curiosidade em desenvolver a pesquisa sobre a creche escola Casa da Criança da cidade de Manaus, criada em 1948, foi o trabalho desenvolvido pelas irmãs vicentinas desde o seu início. Procurei diante desse contexto, recuperar, pelo menos uma parte da história da instituição, registrando inicialmente os primeiros momentos em prol de sua criação e implantação. Com os objetivos de pesquisar a história da Casa da Criança e preservar pequena parcela da história da educação do Amazonas, esta dissertação se faz presente. Historicamente, a instituição esteve atrelada ao atendimento às crianças menores de seis anos, originárias de famílias de baixa renda que ficavam ao desamparo sem ter quem delas cuidasse enquanto suas mães saíam para trabalhar. Estabeleço assim a hipótese da pesquisa: mesmo com surtos econômicos significativos, a população carente local não se beneficiou como seria de direito, do acesso à educação.

Considero um desafio que não me isenta de falhas e de críticas pertinentes ao objeto de pesquisa, que chamou minha atenção durante anos, quando em várias ocasiões passava em frente à instituição e ficava inquieta por saber o que acontecia lá dentro. Quais as causas que originaram a criação da Casa da Criança? A falta de escolas na cidade estimulou a iniciativa da Igreja Católica na cidade? O poder público estadual e municipal não atendeu devidamente as carências de sua população no que se refere ao usufruto dos bens sociais a que tem direito?

Até a década de 1970, e início dos anos 1980, como não havia e ainda não há escolas suficientes para atender a demanda, muitas crianças com idade inferior a oito anos, aprendiam a ler e a escrever, nas aulas particulares, para depois serem matriculadas nas escolas. Isso era muito comum no estado.

Um dos reflexos do capitalismo é o de as mulheres precisarem sair de casa para trabalhar e contribuir com o sustento da família, mas para isso precisam ter a certeza de que seus filhos ficarão bem amparados. Mas onde conseguir essa providência? Com quem essas crianças ficarão? Onde elas irão estudar? Em qual escola serão matriculadas? Lamentavelmente há um descaso do poder público com a população, as mulheres de baixa renda são as mais afetadas independentemente da época. Será que os investimentos aplicados são suficientes? E o compromisso daqueles que assumem a administração pública?

Trabalhar para atender as necessidades básicas é elemento presente na história de muitas mulheres, particularmente daquelas dos segmentos sociais mais baixos onde há mais crianças e, a precariedade econômica e social têm-se apresentado progressivos. Existem os

dados dos censos demográficos, o índice de desenvolvimento humano, e os indicadores de distribuição de renda para comprovar esse problema.

Parte dessa problemática contemporânea pode ser explicada pelo processo de globalização, genericamente entendido como o aprofundamento da integração econômica, social, cultural e política, afetando assim todas as áreas da sociedade. Consequência direta da dinâmica capitalista em expandir mercados e aumentar lucros, a globalização fica integrada por meio de organismos supra nacionais de crescimento do intercâmbio financeiro. Nesse contexto, os países economicamente mais desenvolvidos levam vantagem. Os demais precisam adequar sua economia a esse fluxo de mercado. Parte dessa adequação se manifesta pela política neo-liberal, submissão dos Estados às exigências internacionais, por meio de projetos, empréstimos e concessões comerciais e, pela regulação dos gastos internos, o que leva os Estados a reduzirem seus gastos (e o fazem principalmente pelo sacrifício de investimentos na área social e educacional) e a transferirem responsabilidades governamentais para a sociedade civil.

No caso da pesquisa em questão, abordo a instalação e consolidação da Casa da Criança na cidade de Manaus – instituição sócio-educativa implantada pela Igreja e amparada pela sociedade, como tentativa de amenizar o problema das famílias de baixa renda quanto ao atendimento formativo de suas crianças pequenas.

Essa pesquisa é de caráter descritivo e analítico ao estudar a origem, criação, construção e instalação dessa entidade. O corpo documental abrangeu dois tipos de fontes: documentos escritos relativos à temática em questão - manuscritos, atas, leis, decretos, portarias, resoluções, Constituição Federal do Brasil, regimentos, relatórios; materiais iconográficos desvelando por meio da descrição e conhecimentos de imagens - vídeo sobre a Casa da Criança, fotografias, quadros, arquitetura, detalhes que dizem respeito à história da Casa da Criança. Esses documentos escritos e os materiais iconográficos foram encontrados na instituição investigada. Outro procedimento adotado foi a entrevista espontânea com D. Esmeralda Batista, a terceira professora a trabalhar na Casa da Criança. Deixando-à vontade e dando-lhe suficiente liberdade para falar.

Na tentativa dessa compreensão busquei fundamentação teórica na leitura de autores como Samuel Benchimol, Boris Fausto, Pery Teixeira, que muito contribuíram para contextualizar o estado; Poggioli e Dodin com abordagens sobre a Sociedade São Vicente de Paulo; Haddad contribuindo com suas reflexões sobre creche; Naves sobre os aspectos relacionados à cidadania, Cavalleiro argumentando a socialização da criança na educação

infantil e outros, que foram indispensáveis à medida que forneceram as dimensões educacionais do ensino no Brasil, memória e arquivo.

Quanto aos procedimentos de análise adotados na pesquisa, procurei orientar-me pelos estudos, sem os quais dificilmente teria conseguido reconstruir parte do passado da instituição. Dirigi minha atenção para o estabelecimento das relações que constituíram e instituíram a Casa da Criança, para análise de documentos que foram fornecidos pelas irmãs responsáveis pela instituição. Esse trabalho propõe a leitura diversificada: filantropia, historiografia, legislação, cidadania, infância, instituições escolares, socialização e outros descritos nas referências. No tocante à estrutura dessa dissertação, verifiquei ser mais adequado agrupar as informações, sistematizando-as em tópicos e subtópicos no segundo e terceiro capítulos, seguindo a natureza dos seus elementos constitutivos.

O segundo capítulo traz a reconstituição sócio-histórico-cultural do Estado do Amazonas, as características do estado, a cidade de Manaus, a economia e o desenvolvimento. Mais especificamente sobre Manaus, capital do estado, que na época da criação da Casa da Criança, apresentava contrastes locais, em relação à arquitetura de estilo europeu construída no período áureo da borracha.

O terceiro capítulo é destinado ao objeto de estudo a “Casa da Criança”, apresentada por sua estrutura de funcionamento e funções delimitadas para atender às crianças em seu interior, com abordagens sobre espaço físico, regimentos, estatutos e legalidades, perfil sócio econômico dos assistidos, a educação vicentina, intercâmbio com a sociedade, direção e organização dos trabalhos, atividade escolar e Educação Infantil. É uma instituição legítima de educação e desenvolvimento da primeira infância, que contribui com propostas educacionais que visam o pleno desenvolvimento físico, intelectual, afetivo e social da criança. Não fosse por essa instituição, talvez essas crianças não chegassem a esse nível de ensino.

Esse trabalho é mais um entre os já publicados sobre estudos relacionados à história da educação no Amazonas. De acordo com Buffa & Nosella (2009), grupos de pesquisas sobre instituições escolares (públicas, particulares e religiosas) ganharam espaço em vários programas de pós-graduação, congressos educacionais, colóquios, seminários e publicações. Países como Portugal, Espanha, França e Itália, também têm dado destaque à pesquisa sobre instituições escolares. Apesar dos vários trabalhos desenvolvidos sobre o tema, os autores a consideram como uma linha de pesquisa em ascensão.

O trabalho é encerrado com o registro de elementos representativos das iniciativas e práticas educativas presentes na cidade, e assim, preserva uma pequena parcela da história da educação amazonense.

ENTORNO SÓCIO-GEOGRÁFICO DE MANAUS

Figura 01 - Vitória-régia, planta aquática



Fonte: WIKIPÉDIA, 2011

Figura 03 - Onça pintada



Fonte: NÚÑEZ JIMÉNEZ, 1999, p.56

Figura 02 - Encontro das águas (Rio Negro e Rio Solimões)



Fonte: WIKIPÉDIA, 2011

Figura 04 – Peixe típico da região (Pirarucu)



Fonte: WIKIPÉDIA, 2011

O Amazonas é um dos centros das atenções no cenário internacional, por seu potencial econômico, a exuberância da fauna e flora da imensidão da floresta amazônica de característica densa e heterogênea, clima quente e úmido e rios caudalosos (OLIVEIRA; PORTELA, 1996, p 11).

2 O ENTORNO SÓCIO-GEOGRÁFICO DE MANAUS

O Amazonas está localizado na maior floresta tropical do mundo. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - 2010) apontam que o Amazonas é o maior estado do Brasil geograficamente, com extensão territorial de 1.559.161,682 km², e o segundo mais populoso da região Norte, com 3.483.985 milhões de habitantes. Sua bacia hidrográfica é composta por muitos rios que serpenteiam o Estado; a rede de transporte mais utilizada é a fluvial, gerando algumas dificuldades, entre elas, o isolamento do estado em relação ao resto do país.

2.1 O estado do Amazonas

É um dos estados brasileiros que integram a Amazônia Legal¹ (Figura 05) com notória e expressiva biodiversidade de vegetais, apresentando relevo diferenciado, precipitações e temperaturas altas devido ao clima quente e úmido. Tais características permitem que a vegetação seja rica em espécies botânicas que associadas aos diferentes ambientes aquáticos proporcionam a presença de uma grande diversidade de espécies animais.

Figura 05 – Amazônia Legal



Fonte: HANAN, 1999, p. 11.

¹ Criação administrativa do governo federal a partir de 1966, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Que juntou os estados da região norte aos estados do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso. Tem como característica: a floresta densa e heterogênea, clima quente e úmido, rios caudalosos. Possui uma superfície que abrange 58,4% da área total do Brasil (OLIVEIRA & PORTELA, 1996, p.11).

Outrossim, “a Amazônia brasileira é um conjunto de paisagens e ecologias” (AB’SABER, 2005, p. 02), que apresentam dificuldades logísticas para implementação, desde infraestrutura ao processo de urbanização, além dos precários serviços como saneamento e a sociodiversidade que se faz presente nas comunidades ribeirinhas e indígenas.

Apesar de serem compreendidos como ambientes de encantamentos, costumes, lendas, mitos e imaginações culturais e simbolismos, os rios, a mata e a terra, objetivamente são espaços de moradia, trabalho e convivência, sendo que alguns moradores vivem isolados pelas dificuldades existentes para deslocamento. As dimensões geográficas do Amazonas são um desafio, particularmente na relação saúde, educação, situações de assistencialismo e falta de mobilização social. Para tanto, “[...] seria preciso criar políticas públicas adequadas para cada uma das células espaciais da região amazônica, e incentivar os poucos modelos de economia ecologicamente "auto-sustentada" criados pelos próprios amazônidas” (AB’SABER, 2005, p. 14).

Algumas comunidades enfrentam problemas socioambientais, ocasionando o fluxo migratório para os centros urbanos do estado, surgindo efeitos considerados desfavoráveis às condições de vida desses moradores. Somam-se a isso alguns hábitos do seu cotidiano aplicados nas áreas urbanas, como o consumo de água sem tratamento e a exposição de dejetos em áreas peridomiciliares, notando-se claramente a presença da herança cultural que permeia o Estado.

A população local é composta por índios, caboclos, ribeirinhos e migrantes, que residem nos mais diversos ambientes. A relação do homem com a floresta, rios, roçados, ervas e sua utilização, entre outros, viabiliza a construção de um sistema singular cultural e tradicional, cuja origem está influenciada pela cultura dos descendentes de índios e brancos, sustentados em saberes e representações que expressam a maneira de ser e viver do estado. Outras culturas precisam ser conhecidas, porém em relação ao Amazonas, o sertanejo,

[...] se incorporou à Amazônia, por causa dos períodos de seca e de migração forçada por vários fatores. A Amazônia tem uma série de raízes indígenas, portuguesas e negróides, porém, tem raízes culturais que não pertencem somente a ela, mas que vieram do nordeste seco. Tenho um colega que um dia pôs uma notinha no rodapé de um trabalho seu dizendo: - "os que vinham do nordeste para a Amazônia gostavam de seguir para as zonas dos seringais, porque eles imaginavam que no fim daqueles rios longos e volteados iriam reencontrar o seu sertão", eu achei maravilhoso isso (AB’SABER, 2005, p. 23).

Conicionados à vivência fora dos centros urbanos, em que se constrói um modo de vida diferente, apesar das influências culturais presentes nesses centros, carregadas de

sentidos e significados, como afirma Brandão (1995), as culturas populares difundem o conhecimento e reforçam o existir tendo em vista que,

A divisão que faço das principais culturas do Brasil é: amazônica, muito mestiçada culturalmente; sertaneja, dentro da região nordeste seco; a pantaneira, pouco conhecida, pouco estudada, porém de uma realidade diferenciada; a gaúcha; a caipara e a caipira, em São Paulo já semidestruída, mas com várias emergências em processo de modificação (AB'SABER, 2005, p. 23).

Entendo que a cultura e situações vivenciadas no cotidiano fornecem elementos que constituem a identidade do ser humano construídas nas relações de vivências e oriundas da educação do povo nativo. No âmbito familiar a cultura exerce importante papel no desenvolvimento infantil,

Aspectos como as relações de poder entre os responsáveis pela família, inclusive o papel da mulher, irão condicionar fortemente o tratamento dado às crianças e às condições de sua afetividade e auto-estima. Num outro sentido, as crenças a respeito da origem das doenças das crianças e de seu tratamento são importantes determinantes do uso dos serviços de saúde (TEIXEIRA, 2004, p. 09).

As crianças que residem em áreas rurais e indígenas convivem num ambiente social, cultural e familiar bem diferente daquelas que vivem nas áreas urbanas, principalmente nas maiores cidades. As condições de sobrevivência físico-materiais (localização, moradia, higiene, saneamento básico, locomoção etc.), os meios de subsistência e desenvolvimento físico (nutrição e saúde), acesso à educação e ao lazer, em concordância com Teixeira (2004) além dos recursos financeiros para a manutenção ou incremento dessas condições, são fatores condicionantes à qualidade de vida desse grupo familiar e ao desenvolvimento dessas crianças.

No Amazonas, as famílias vivem numa área geográfica muito extensa e pouco povoada. A família constitui fator decisivo como provedora da segurança, do afeto e dos estímulos para determinar as condições de vida das crianças. Os grupos familiares mais pobres geralmente desenvolvem comportamentos que se constituem de autênticas estratégias de sobrevivência. A renda familiar (competência dos adultos economicamente ativos) também configura fator determinante às condições materiais das crianças, como a qualidade da habitação, higiene, cuidados preventivos, espaços para brincar e se movimentar com liberdade, acesso à informação e ao conhecimento.

De acordo com Teixeira (2004), é necessário um nível educacional adequado aos adultos responsáveis pelo ambiente familiar, já que exerce grande influência sobre a qualidade de vida, o processo de aprendizagem e a intensidade da socialização das crianças,

Isso porque o domínio, pelos adultos, da comunicação escrita, da quantificação e dos chamados conhecimentos gerais, vai contribuir para a consolidação de um ambiente estimulador do processo de aprendizado. Além disso o domínio da leitura e da escrita incide diretamente, também, sobre a qualidade da gestão de atividades domésticas, que afetam diretamente a saúde, o bem-estar material e a integridade das crianças (TEIXEIRA, 2004, p. 27).

Assim, o referido autor considera que os indicadores de qualidade de vida podem ser aplicados positivamente, com o nível educacional adequado. Vale ressaltar que a escolaridade das mães está diretamente associada à de seus filhos, quanto maior o seu nível de ensino, maior o percentual de seus filhos matriculados nas escolas.

As mulheres tendem a cuidar mais dos filhos (principalmente dos menores) independente da escolaridade. As atividades domésticas de uma forma direta ou indireta garantem sua base educacional, estabelecem com a criança (principalmente menores de sete anos) os primeiros laços afetivos, desenvolvem o bem-estar e possibilitam a socialização dentro e fora do lar, argumentando, que nas últimas décadas cresceram os esforços para aumentar o nível de escolaridade no Brasil. Ampliaram-se os serviços de educação pública (como os programas para alfabetização de adultos), permitindo que homens e mulheres sejam os beneficiados, pois,

A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi de 9,6% em 2010, uma redução de 4 pontos percentuais em relação a 2000 (13,6%). O indicador diminuiu de 10,2% para 7,3%, na área urbana, e de 29,8% para 23,2%, na rural. Entre os homens, declinou de 13,8% para 9,9%, e de 13,5% para 9,3%, entre as mulheres. Regionalmente, as maiores quedas em pontos percentuais se deram no Norte (de 16,3% em 2000 para 11,2% em 2010) e Nordeste (de 26,2% para 19,1%), mas também ocorreram reduções nas regiões Sul (de 7,7% para 5,1%), Sudeste (de 8,1% para 5,4%) e Centro-Oeste (de 10,8% para 7,2%). A menor taxa encontrada foi no Distrito Federal (3,5%), e a maior foi de 24,3%, em Alagoas (IBGE, 2010).

A redução da taxa de analfabetismo atingindo às mulher permitiu a elas uma perspectiva de introdução no mercado de trabalho e participação no orçamento doméstico, pois, passaram a apresentar noções mínimas para desempenho de outras atividades, para além do espaço da casa. De acordo com IBGE (2009), entre 1,057 milhão de mulheres procurando emprego, 8,1% tinha nível superior, houve aumento na escolaridade, em relação a 2003, que em média, 5,0% tinham nível superior.

O aumento da escolaridade também pode ser verificado em outros níveis. Em 2003, 44,7% das mulheres desocupadas tinham 11 anos ou mais de estudo. Em 2009, essa proporção ultrapassou significativamente a metade da população (59,8%). Verificou-se que a população feminina desocupada é proporcionalmente mais escolarizada que a população feminina acima

de 10 anos. Enquanto, em média, 81,2% da população feminina desocupada tinham oito anos ou mais de escolaridade, na população em idade ativa este percentual era de 61,1%.

A maioria das mulheres ingressa no mercado de trabalho na perspectiva de complementar a renda familiar, o que muitas vezes se converte num problema social. Quando a mãe precisa sair de casa para trabalhar, fica impossibilitada de cuidar dos filhos menores de 07 anos durante o dia, e não consegue colocá-los em um serviço de atendimento como creches ou pré-escolas, pelo número reduzido de vagas oferecidas. Assim, outros arranjos de assistência a essas crianças são adotados como deixá-los com vizinhos ou irmãos mais velhos. Além disso, a distribuição familiar das tarefas domésticas ou segunda jornada de trabalho assumida por essas mulheres trabalhadoras consolidam um quadro desfavorável para as crianças que, em sua maioria ficam sem atendimento durante horas.

Segundo dados do IBGE (2006) o percentual de mulheres responsáveis por domicílios no Brasil correspondia a 79% da população. Vale ressaltar que alguns fatores influenciaram o aumento da “chefia” feminina: maior participação das mulheres no mercado de trabalho e, conseqüentemente, maior contribuição para o rendimento da família, alta expectativa de vida da mulher em algumas cidades e regiões, casamentos desfeitos, homens que migram de seu estado e região em busca de emprego e por outros motivos, como aspectos culturais (mulheres que muitas vezes preferem morar sozinhas por opção ou ponto de vista, que valorizam a autonomia, independência e realização profissional).

No Censo 2010, foram constatados no Brasil cerca de 57 milhões de unidades domésticas, com média de 3,3 moradores em cada uma. Entre os investigados, 30,2% eram responsáveis pela unidade doméstica e, desse total, 61,3% correspondiam à categoria masculina (35 milhões) e 38,7%, à feminina (22 milhões).

Esse contexto apresenta um impacto negativo a respeito da qualidade na atenção e nos cuidados a serem prestados a crianças menores de 07 anos. Algumas mulheres assumem a responsabilidade do domicílio, redobrando seus esforços em oferecer assistência, companhia e apoio às crianças. A situação é mais difícil para aquelas em condições de pobreza e de miserabilidade. Outra questão a ser abordada, diz respeito às condições de saúde da criança na Região Norte, tendo em vista,

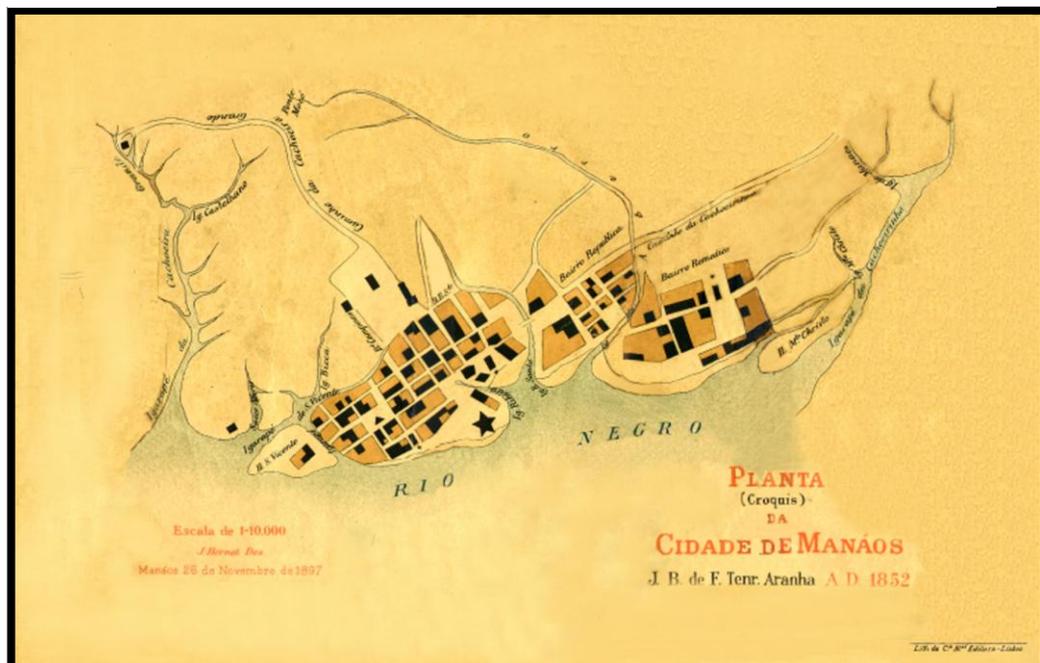
[...] fatores geográficos, culturais e desigualdades sociais sobrepõem-se quando analisado os cuidados com a mãe durante a gravidez, as condições do ambiente, acesso à vacinação e a necessidade de criar um atendimento diferenciado para uma população diferenciada como a indígena, ora afastam, ou aproximam ao perfil das outras crianças do Brasil (TEIXEIRA, 2004, p. 51).

O acompanhamento da saúde no Brasil ainda é de baixa cobertura, seja por agentes comunitários de saúde em geral ou, da família em particular. Nas regiões Norte e Nordeste, estão mais evidentes as fraquezas do sistema de saúde. Especificamente na Região Norte, uma porção relativa às áreas rurais, dadas as distâncias até a sede dos municípios, compõe um quadro complexo de necessidades e abandono, que exige criativas e urgentes soluções. A capacidade de atendimento por profissionais qualificados e equipamentos disponíveis não são suficientes para atender essas localidades que, em algumas ocasiões, apresentam de imediato, dificuldades de acesso.

2.2 A cidade de Manaus

Situada à margem esquerda do rio Negro, afluente do rio Solimões, a cidade de Manaus possui uma população estimada em 1.802.014 habitantes (IBGE, 2010), tornando-a o principal centro financeiro, corporativo e econômico da região norte, sendo uma das cidades brasileiras mais conhecidas mundialmente pelo seu potencial turístico, com destaque para o patrimônio arquitetônico e cultural: palácios, museus, teatros, templos, bibliotecas e universidades.

Figura 06 – Planta da cidade de Manaus - 1852



Fonte: DVD Jornal A Crítica, 2003.

A fundação da cidade de Manaus ocorreu em 1669, como forte de São José do Rio Negro. Em 1832, foi elevada a vila com o nome de Manaus em homenagem à comunidade

indígena dos Manaós (que significa “*mãe dos deuses*”). Em 24 de outubro de 1848, foi legalmente transformada em cidade com o nome de Cidade da Barra do Rio Negro, e em 04 de setembro de 1858 foi novamente nomeada como Manaus. Observa-se que a cidade prosperou (Figura 06), assim como as demais cidades do estado, a partir das margens do rio Negro.

Como o estado é rico em vegetação e hidrografia, a floresta e os rios impossibilitam a abertura de estradas terrestres. O processo histórico de ocupação humana e urbanização não se deu linearmente, o contexto político e econômico ao longo do tempo foi determinante. De acordo com,

As formas de distribuição espacial da população e das instituições não são acidentais. Elas são o resultado de bem definidas forças sociais, econômicas, geográficas e psicológicas. Essas forças operaram em Manaus, como o fizeram em muitas cidades, criando uma ordenação essencial de ocupação. Porém os fatores específicos que funcionaram na criação e crescimento de Manaus têm sido relativamente peculiares e, daí, devem ter dado origem a certos padrões distintos e característicos (BENCHIMOL, 1977, p. 71).

O desinteresse de Portugal pela região, fez com que a ocupação do lugar onde hoje é Manaus fosse tardia, por ser de difícil acesso. Não se acreditava que haveria facilidade em obter grandes lucros a curto prazo, e era desconhecida a existência de riquezas como ouro e prata. Com a economia da borracha, o processo de urbanização da cidade, começou a se tornar realidade a partir da segunda metade do século XIX, com o surgimento de novas aglomerações ocasionadas pelas imigrações,

Quem quiser compreender a história da Amazônia da metade do século passado para cá, forçosamente terá de entender e estudar profundamente o “cearense” imigrante. Sem esse prévio estudo não se pode ir para frente. A interpretação que a seringa sugere está em íntima conexão com o problema do imigrante. A Amazônia, em verdade, formou-se à imagem do cearense e da seringa, chaves da nossa formação social e econômica (BENCHIMOL, 1992, p. 08).

A chegada desse imigrante complicou o ordenamento da cidade pela ambição, vontade de trabalhar, crescer e prosperar. Apesar das dificuldades que enfrentou entre elas ser aceito pela elite local, quando o migrante conseguia posição econômica, galgava níveis mais altos da classificação social e política. Como seringalista, envolvia-se na política e influenciava os partidos políticos da capital a escolherem os candidatos, utilizando o seu prestígio para manipular as eleições. Esse migrante era chamado de “Coronel de Barranco²”. Segundo Benchimol (1977), devido a falta de estabilidade econômica em Manaus, a

² Muitos deles manipulavam as eleições e tinham prestígio nas suas áreas. Participaram ativamente na Guerra do Acre, liderados por Plácido de Castro. Quando chegavam à cidade com a perspectiva de melhorar o status social, a fama de dominador era quebrada (BENCHIMOL, 1977, p. 81, 82).

sociedade ficou instável e arrivista, “fácil-de-chegar e fácil-de-partir”, a partir das mudanças que ocorreram na cidade (Figura 07), a sociedade manauense adquiriu caráter de mobilidade e heterogeneidade, principalmente após a depressão de 1914, muitas empresas foram a falência.

Figura 07 – Vista aérea de Manaus



Fonte: NÚÑEZ JIMÉNEZ, 1999, 172.

2.3 A economia e o desenvolvimento

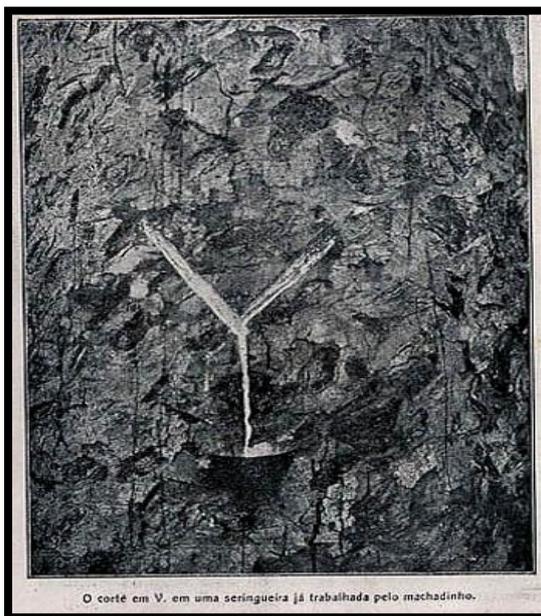
Desde o início de sua colonização até meados do século XVIII, o interesse econômico esteve concentrado no extrativismo vegetal, atividade desenvolvida pela população nativa. A coleta das chamadas drogas do sertão, como canela, cravo, salsa, raízes aromáticas e ainda alimentos como cacau e castanha, os produtos de ação farmacológica e aqueles utilizados para construção, estiveram na lista dos recursos econômicos naturais. Outras fontes de riquezas no entendimento de Fausto (1977) como, caça, pesca, extrativismo florestal e a extração de peles de animais, também foram importantes para a economia amazonense.

A borracha apareceu pela primeira vez no quadro de exportações brasileiras em 1827, no modesto embarque de trinta e uma toneladas, com destino à Europa. As exportações entendiam-se como provenientes do Pará, já que a província do Rio Negro, hoje estado do Amazonas, não era autônoma nessa época. Em 1852, com o desmembramento do Pará, configurou-se como província, quando então a goma elástica passou a ser o principal produto

de exportação do Amazonas, substituindo em larga escala o cultivo de tabaco, salsa, cravo e cacau (Fausto, 1977).

A produção da borracha retirada do tronco da árvore da seringueira para colher o leite (látex), era um corte no formato de V (Figura 08), que após o processo de vulcanização (Figura 09) transformava-se na borracha. Esse procedimento, sempre foi utilizado no cotidiano da extração, e, nos dias atuais se faz também como demonstração turística, apresentada pelos nativos da região.

Figura 08 – Corte em V, em uma seringueira já trabalhada pela machadinha.



Fonte: CASTRO, 1913, p. 08

Figura 09 – O defumadouro de borracha



Fonte: Jornal A Crítica, CD-ROM, 2003.

Na segunda metade do século XIX, a borracha tornou-se matéria-prima importante na confecção de uso diário, doméstico, industrial, hospitalar, material bélico, construção naval e, a partir da invenção da pneumática, teve sua cotação sensivelmente valorizada no mercado internacional, principalmente no europeu. A borracha da Amazônia se tornou produto de destaque nas exportações brasileiras.

Esse apogeu da borracha atraiu a atenção de pessoas de outros estados brasileiros. Lessa (1991) argumenta que durante a seca entre os anos 1808 e 1809, aconteceu a primeira migração nordestina para a Amazônia, local considerado uma alternativa atraente ao contingente nordestino. Mas foi entre 1870 e 1910 que aconteceu a grande migração nordestina. Neste período, a população local passou de 232 mil para 1.217 mil habitantes. Saliento também, que no ano de 1877 o nordeste além de mais uma violenta seca teve a mão-

de-obra algodoeira desmobilizada, pois, os Estados Unidos que importavam o algodão brasileiro ao findar a guerra de Secessão (1864-1868), voltaram a produzir algodão para consumo próprio. Estados como Ceará e Rio Grande do Norte, sofreram o impacto econômico e liberaram mais imigrantes necessários para o trabalho no Amazonas,

O imigrante já chega com uma pequena experiência, advinda das primeiras conversas nos “portos de lenha”, nas cidadezinhas da beira do rio; já viu a “montaria” brincar no banheiro que o navio faz. Talvez tenha até falado com algum caboclo. As barracas mergulhadas, a canoa andando de um lado para outro como se fosse um cavalo, o silêncio da atividade humana no meio da mata, a paisagem só, contribuem para a formação de uma atitude especial que vai ser estudada. Daí o terror pânico da água, o medo do rio que se agrava à medida que ele toma contato definitivo com a várzea. O sertão ainda está perto dele, vive em sua memória, faz parte de sua conversa a todo momento; as suas esperanças, quando as trás – “vou ser um homem feliz, se Deus me ajudar”, “vou enricar na seringa” – as suas decepções, “não gosto nada desta terra feia e encharcada”, ou os conflitos provocados pelo choque resultante da passagem brusca para o contraste – “gosto do enxuto, eu não posso me amansar numa água dessas” – aparecem frequentemente. O imigrante está ávido de notícias, procura os filhos da terra, “os mansos”, para fazer a sua iniciação nos segredos da terra (BENCHIMOL, 1992, p. 08).

As migrações que ocorreram ao acaso no Amazonas segundo Martelli (1969), deixaram um saldo melancólico para o estado. Situação ocorrida pela quantidade de nordestinos fugindo da seca, famintos e doentes, que migraram no período da borracha, na expectativa de encontrar muita riqueza. Ao chegarem, submeteram-se a condições de trabalho escravo, situação diferente da que esperavam encontrar. Além da borracha, também despertavam o interesse dos nordestinos,

O “pau-rosa”, ainda há pouco, repetiu e percorreu todas as fases dos ciclos econômicos anteriores, da droga, do caucho, da balata, da borracha, etc. A descoberta, o anúncio, o “rush”, o delírio e a debacle. Não só o “pau-rosa” com os seus usineiros enriquecidos do dia para a noite, também o ciclo do “couro-de-jacaré”, já em vias de extinção, e agora a nova e promissora experiência agrícola da juta. Por isso a imigração entre nós não precisa de muito estímulo e propaganda (BENCHIMOL 1992, p. 15).

Essa manifestação é quase espontânea quando um ciclo começa. Benchimol (1992) defendia a ideia de uma política econômica aliada ao interesse econômico do imigrante, ao interesse e destino da terra que o acolhe, aqui se tratando do Amazonas. Um novo movimento migratório, politicamente dirigido para ajudar o imigrante a não submeter-se aos métodos econômicos predatórios praticados durante anos. O imigrante foi decisivo e importante na história das interações humanas, sociais, econômicas e psicológicas para o estado,

[...] Os homens mudam de lugar, como turistas ou como imigrantes. Mas também os produtos, as mercadorias, as imagens, as ideias. Tudo voa. [...] Vir para a cidade grande é, certamente, deixar atrás uma cultura herdada para se encontrar com uma outra. Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja

história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação. [...] O homem mora talvez menos, ou mora muito menos tempo, mas ele mora: mesmo que ele seja desempregado ou migrante. A “residência”, o lugar de trabalho, por mais breve que sejam, são quadros de vida que têm peso na produção do homem. [...] Para os migrantes, a memória é inútil. Trazem consigo todo um cabedal de lembranças e experiências criado em função de outro meio, e que de pouco lhes serve para a luta cotidiana. Precisam criar uma terceira via de entendimento da cidade. Suas experiências vividas ficaram para trás e nova residência obriga a novas experiências. [...] O homem busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e pouco a pouco vai substituindo a sua ignorância do entorno por um conhecimento, ainda que fragmentário. O novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura; e mudando o homem. Quando essa síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o indivíduo recupera a parte do seu ser que parecia perdida (SANTOS, 2002, p. 328-329).

A borracha foi responsável pela projeção do Amazonas na economia brasileira e no mercado internacional até o início do século XX, quando perdeu a concorrência para a Malásia, novo produtor. Os países desenvolvidos na época plantaram a seringueira em outros locais considerados mais favoráveis a seus interesses, gerando o declínio econômico gomífero do Brasil. Algum tempo depois à criação da borracha sintética torna mais frágil essa economia nativa do norte brasileiro. Interessante acrescentar,

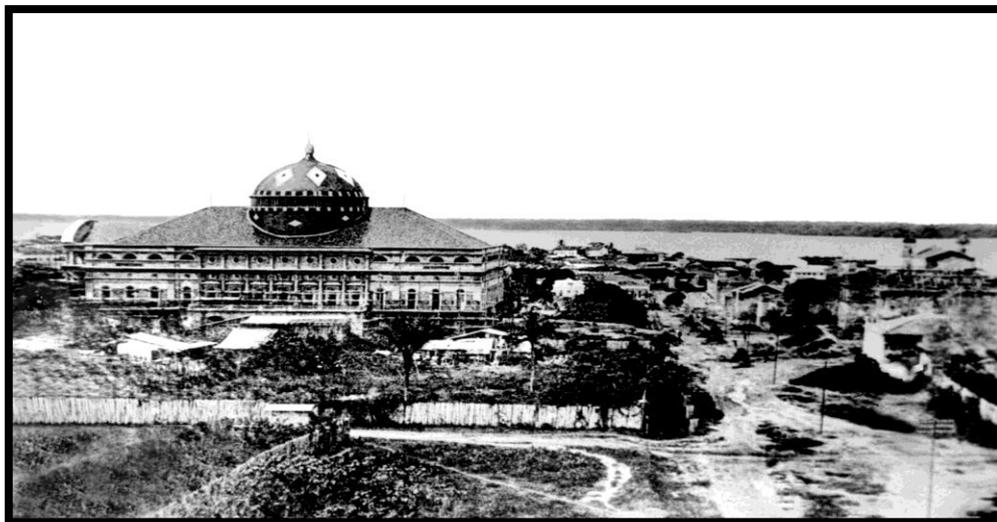
O vento oriental, que partiu dos seringais de plantação da Malásia, destruiu os tempos das vacas gordas e das espigas formosas, e passou a açoitar a Amazônia com a fome e a pobreza, como estava escrito, pois ninguém seguiu o conselho de José para plantar, produzir e guardar (BENCHIMOL, 1992, p. 213).

As décadas de 1910 e 1920 foram de abundância e imprevidência. De 1920 a 1930, com a decadência da borracha, aconteceu a penúria e a depressão. O que tinha podereria ter sido prosperidade contínua se transformou em futuro incerto. Tal situação gerou um longo e silencioso período de estagnação da economia da região.

Houve várias tentativas de recuperação, por iniciativa dos políticos locais e da Associação Comercial do Amazonas, como: realização de um congresso comercial, industrial e agrícola; criação de um sindicato de valorização do produto pelos membros da Liga dos Aviadores; projetos de incentivo à borracha.

Os resultados foram insatisfatórios para o estado, já que o interesse econômico do país concentrava-se na produção do café. Assim, “[...] o destino de quase todos os planos como ainda nos dias de hoje: foi para o arquivo, permaneceu na história muda” (BENCHIMOL, 1992, p. 216).

Figura 10 – Teatro Amazonas – construído durante o apogeu da borracha



Fonte: DVD Jornal A Crítica, 2003

Vale ressaltar que, durante o apogeu da borracha, Manaus recebeu influência europeia nas transformações urbanísticas (Figura 10) e no comportamento sócio-cultural dos moradores locais,

[...] modernizar, embelezar e adaptar Manaus às exigências econômicas e sociais da época passa a ser o objetivo maior dos administradores locais. Era necessário que a cidade se apresentasse moderna, limpa e atraente, para aqueles que a visitavam a negócios ou pretendessem estabelecer-se definitivamente (DIAS, 2007, p. 28).

Essa influência, logo foi percebida na arquitetura das construções e na maneira de viver, e na evidência dos contrastes já que os moradores locais viviam em casas confeccionadas com madeira e palha, geralmente sobre o chão batido.

Uma outra Manaus se projetava no cenário urbano com edificações sofisticadas, próprias das cidades prósperas, com luz elétrica, sistema de água encanada e esgotos. Tinha até uma usina hidrelétrica.

Esse apogeu perdurou de 1890 a 1920, com a cidade apresentando recursos tecnológicos semelhantes a outras cidades do Sul e Sudeste do Brasil e também recursos urbanos como, bondes elétricos, avenidas construídas sobre igarapés aterrados, substituição de pontes de madeira por pontes de ferro, além de edifícios imponentes e luxuosos, entre eles o requintado Teatro Amazonas, o Mercado Municipal (Figura 11), Palácio do Governo³ (Figura 12) e o prédio da Alfândega (Figura 13).

³ Palacete foi construído em estilo eclético em 1903 pelo alemão Karl Waldemar Scholz, anos depois se tornou Palácio do Governo do estado do Amazonas, atualmente é o Centro Cultural Palácio Rio Negro.

Figura 11 – Mercado municipal Adolpho Lisboa



Fonte: DVD Jornal A Crítica, 2003

Figura 12 – Centro cultural Palácio Rio Negro



Fonte: NÚÑEZ JIMÉNEZ, 1999, 176

Figura 13 - Prédio da Alfândega da Manaus



Fonte: DVD Jornal A Crítica, 2003

A crise da borracha, a partir de 1912, ocasionada pelo domínio da venda desse produto nos países asiáticos que conquistaram o mercado internacional, toda a estrutura econômica desmoronou, desaparecendo o otimismo e a ostentação dos anos de prosperidade. O investimento estrangeiro, relacionado à comercialização e distribuição da borracha brasileira no exterior, abandonou o Amazonas em busca dos lucros mais seguros que as plantações das colônias inglesas e holandesas ofereciam: abundância na mão-de-obra local e mais barata, fretes reduzidos, facilidade no transporte, além da técnica de extração do látex reduzir o custo da produção nessas colônias. Os comerciantes rurais, os seringueiros e muitas casas comerciais em Manaus foram à ruína.

Considera-se válido ressaltar no entendimento de Fausto (1977) que, mecanismos internos também favoreceram essa situação de pobreza: os representantes políticos locais

nunca conseguiram consolidar uma política econômica, nem para o produto, nem para o real desenvolvimento da região, nem para o atendimento das necessidades básicas da população - todos os projetos, mesmo aqueles transformados em decretos, nunca passaram de letra morta.

Essas medidas foram aprovadas por unanimidade, por serem consideradas um Plano de Defesa da Borracha, porém em Julho de 1912, o senador paulista Francisco Glicério manifestou-se em plenário contra o decreto nº 2.543A, com a alegação de que as despesas seriam muito elevadas para os cofres públicos. O deputado amazonense Luciano Pereira rebateu as argumentações do senador, afirmando que,

[...] se em vez de beneficiar o Norte a lei fosse em benefício do Sul, estou certo que o nobre senador nada tinha a opor-lhe, achando talvez s. excia. ainda poucas as medidas nela configuradas ... é por motivos iguais a este que se diz ter sido até hoje a União mãe para o Sul e madrasta para o Norte [...] o governo quis fazer exceção a esta praxe odiosa e s. excia. acha que ela ainda deve perdurar por mais tempo (FAUSTO, 1977, p. 305).

Naquela época, os representantes políticos da região Sul, defendiam os interesses do café, considerado o núcleo da economia brasileira. A difícil situação que o Amazonas enfrentava, infelizmente não teve o apoio necessário para superar a crise que estava passando, os representantes dos estados produtores de café conseguiam sempre direcionar para seus interesses, os benefícios e vantagens da União. Ignoravam as necessidades dos estados do Norte, que para eles, eram inexpressivos. Problemas sociais como a falta de saneamento básico, infraestrutura, educação, trabalho, moradia, ocasionaram a proliferação de doenças, entre elas o impaludismo ou malária,

Um relatório do Dr. Figueiredo Rodrigues, inspetor de saúde no porto de Manaus, informa que em 1915 houve 299 óbitos de paludismo ou malária, além de outras mortes havia um hospital, 33 médicos, 15 farmácias. De acordo ainda com o mesmo relatório, 1.204 morreram em Manaus contra 2.196 mortes em 1910, em todo o Estado. O relatório é esclarecedor: "...esta diminuição na mortalidade pela malária é proporcional ao decréscimo da população que baixou um terço com a crise econômica que tem oprimido o Amazonas..." (COSTA, 2010, p. 03).

A situação exigia investimentos que o estado não dispunha. Costa (2010) argumenta que em dez anos a população cresceu sem gerar recursos financeiros suficientes. O quadro agravou-se com o aumento ocasionado pelo êxodo rural: levadas de população ribeirinha migraram para a capital do estado. O interior ficou abandonado, enquanto Manaus crescia desordenadamente com essa demanda, além dos estrangeiros e daqueles oriundos de outros estados que residiam na capital. O Amazonas voltou a manter-se da produção da caça, pesca e extrativismo. Os seringais ficaram despovoados,

[...] apenas alguns resistiram à “débâcle”, permanecendo fiéis ao seu destino. Os seringalistas arruinados foram promovidos pelos políticos a “Coronéis de Barranco” e os seringueiros miseráveis passaram a ser os “soldados da borracha”, já então, na década de 1940 (BENCHIMOL, 1992, p. 217).

A perspectiva para a sobrevivência concentrou-se na exploração da castanha, da madeira e de outros produtos regionais, assim como o trabalho na roça e na fazenda. Porém, a produção era pequena, os preços baixos, os impostos elevados, e o estado estavam passando por momento de crise financeira. Para essa situação sofrida, cita a expressão “válvula de escape”,

Como em todos momentos de crise, a vocalização do sofrimento busca, sempre, quando encontra uma liderança, uma válvula de escape: na passeata, no comício, nos pronunciamentos, na tribuna, nos editoriais, na declaração dos direitos, no protesto, na profecia. Os “Coronéis de Barranco” assim falaram pela boca dos seus principais líderes. Um verdadeiro manifesto: O Manifesto dos Coronéis de Barranco no Tempo das Vacas Magras (BENCHIMOL, 1992, p. 217).

As consequências do pós-borracha culminaram com a queda da exportação do látex, a maioria dos investidores abandonaram seus negócios, empobrecendo o estado. A numerosa migração, oriunda dos municípios do interior e de outros estados, provocou o crescimento desordenado na capital, que não oferecia condições de subsistência, resultando no agravamento de problemas sócio-estruturais na cidade. No entanto, existiam aqueles moradores locais que viviam à margem do ápice econômico, permanecendo com comportamentos nativos, observando de maneira estranha o que acontecera na cidade, pois não fora projetada para atender a todos, privilegiando somente a uma minoria. Os sinais da crise, segundo Mota (2010) como o aumento da violência, eram visíveis nas ruas, um verdadeiro colapso transformou o mundo amazônico.

Com uma população de 272.232 habitantes (IBGE, 1940), Manaus continuava a ser, em 1940, uma cidade com muitos contrastes. Apesar da belíssima arquitetura, eram visíveis nas ruas, as marcas do abandono e da miséria. Os problemas sociais persistiam, muita exploração da força de trabalho de mulheres e menores de idade nas fábricas, doenças como a tuberculose e a hanseníase predominavam, além do alto índice de mortalidade infantil, menores abandonados nas ruas, alguns envolvidos em pequenos delitos.

Por consequência da Segunda Guerra Mundial e da mobilização bélica dos Estados Unidos, surgiu uma nova esperança para retomada da extração da borracha, período de grande importância do ponto de vista econômico para o Amazonas, já que as plantações de borracha do oriente estavam sob o domínio dos japoneses. Diante dessa situação, os aliados retomaram a extração na região Amazônica, em busca do produto. Era a vez de o Estado dar sua

contribuição à guerra. Novamente outra migração aconteceu, não somente de nordestinos, fugindo da seca à procura de oportunidades, mas também,

[...] a partir de 1943 e durante os anos de 1944 e 1945, de novos contingentes humanos. Não apenas “cearenses” e nordestinos, mas também oriundos das mais diversas regiões do país: cariocas, paulistas, fluminenses, capixabas, mineiros, goianos, matogrossenses, de todas as classes e profissões. Geralmente provinham das grandes e médias cidades do Rio, São Paulo, Niterói, Vitória, Salvador, Recife, Fortaleza (BENCHIMOL, 1992, p. 227).

Vale ressaltar que, esse novo contingente migratório teve alguns estímulos: promessas do governo, fugir da convocação para a Força Expedicionária Brasileira que lutava na Itália, oferta de passagens gratuitas nos navios. Também conforme Benchimol (1992) existiam ainda aqueles que viajavam pelo prazer da aventura, considerados brasileiros cosmopolitas e urbanizados, sem vínculos regionais, desenraizados, sem afeição à sua querência, cuja intenção era “chegar-ver-e-voltar-logo-que-possível”. Outros se manifestavam em “chegar-enricar-e-voltar-se Deus-permitir”.

Com o regresso impossível de acontecer, esses imigrantes buscavam sobrevivência nos subúrbios e nas periferias da cidade à procura de empregos que não existiam e lugar para morar. Desta forma, iniciou-se o processo de favelização em Manaus, com a marginalização de alguns, e desamparo profissional de muitos, aumentando então os problemas sociais, sem atendimento ou com atendimento precários, já existentes.

De acordo com Benchimol (1992) programas para o desenvolvimento da borracha não prosperaram, um deles, o conturbado projeto regional, conhecido como a “Batalha da Borracha⁴”, durante a Segunda Guerra Mundial, cuja característica principal foi à completa ausência de um plano diretor que norteasse as atividades de produção gomífera, (devido às dificuldades encontradas) para extração do látex e o aumento da produção extrativista amazônica.

A capital amazonense, no final da década de 1950, continuava enfraquecida dos pontos de vista econômico, urbano e social, sofrendo com escassez de energia elétrica, mercado reduzido e de baixo poder aquisitivo, sistemas de transporte e comunicação precários, apresentando um cenário de fragilidade econômica e sem a menor perspectiva de mudanças.

⁴ A II Batalha da Borracha aconteceu durante os anos de 1942 a 1945, (a I Batalha da Borracha ocorreu no período de 1850 a 1915, no Segundo Império e na Primeira República) marca o início de uma nova consciência brasileira em relação à Amazônia; o reconhecimento dos erros de um passado de angústia, sofrimento e solidão; o início das tentativas de acerto em busca de soluções mais racionais; o despertar da nacionalidade para os seus problemas e a criação de uma sensibilidade política brasileira em relação à área.

O extrativismo vegetal e animal praticados no interior do estado constituíam um mero entreposto comercial ligando essa economia extrativista ao resto do mundo, que consumia os produtos, alguns exóticos, coletados da floresta como madeira em tora, borracha, sorva, castanha, sementes oleaginosas, essências aromáticas, além de animais como quelônios, peixes e seus subprodutos (couros e peles silvestres, por exemplo).

No final da década de 1950, foi idealizado um projeto geopolítico para criação da Zona Franca de Manaus (ZFM), hoje denominada de Pólo Industrial de Manaus (PIM). Essa criação aconteceu através da,

Art.1º - É criada em Manaus, capital do Estado do Amazonas, uma zona franca para armazenamento ou depósito, guarda, conservação, beneficiamento e retirada de mercadorias, artigos e produtos de qualquer natureza, provenientes do estrangeiro e destinados ao consumo interno da Amazônia, como dos países interessados, limítrofes do Brasil ou que sejam banhados por águas tributárias do rio Amazonas (Lei Nº 3.173, de 06 de Junho de 1957).

No Art. 3º da lei citada, consta a construção de instalações portuárias com armazéns terrestres e cais flutuantes acostáveis, fatores importantes a serem considerados, devido à variação do nível das águas que acontece na região, no período de cheia e vazante⁵ dos rios no Amazonas.

A criação da ZFM teve como objetivo viabilizar uma base econômica na Amazônia Ocidental, promover a melhor integração produtiva e social com o resto do país, e garantir a soberania nacional sobre as fronteiras. Para colocar esse projeto em prática, houve um acordo celebrado entre o governo federal, o governo estadual e a prefeitura de Manaus, atribuindo uma contribuição ao conjunto dos incentivos dos projetos que se instalassem na ZFM.

Tais incentivos foram criados no âmbito dos impostos direcionados aos custos das empresas. Esses incentivos compensavam as desvantagens de localização da ZFM, e a ausência de um mercado local viabilizou a instalação de um moderno pólo industrial considerado um potente motor de crescimento.

⁵ Anualmente no Amazonas, ocorre esse ciclo geográfico, enchentes, alagações, vazantes: água-nova, meia-água, água-alta e seca. Influenciando e transformando as atividades econômicas do estado, no interior e capital, direta ou indiretamente, próxima ou remotamente, todos sentem sem distinção se rural ou urbana os efeitos universais dos fluxos e refluxos dos rios. Geralmente a enchente inicia-se em Novembro, coincidentemente com o período de chuvas, e termina em Junho, quando os rios param de encher. Em seguida vem a vazante, e o ciclo continua. Pode-se dizer que no Amazonas, o modo de vida (viver, andar, trabalhar e comer) está diretamente ligado ao rio, que com seu traço físico-geográfico de enchente e vazante determina as transformações e mudanças econômicas na exploração, na ocupação da terra e no trabalho do homem. (BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: um pouco-antes e além-depois, 1977).

Figura 14 – Vista aérea da Zona Franca de Manaus



Fonte: HANAN, 1999, p. 44.

Conforme Martelli (1969), após 40 anos de estagnação, a cidade despertou para entregar-se ao novo surto comercial que estava surgindo como centro industrial, agropecuário e comercial, e que contempla a entrada de mercadorias estrangeiras com destino ao consumo interno, à industrialização e à reexportação. Ampliaram-se o número de lojas e indústrias (Figura 14). Os eletroeletrônicos de procedência americana e japonesa deslocaram-se para Manaus, abrindo forte concorrência ao produto nacional. Enquanto um navio estrangeiro levava dias para chegar à Manaus, um cargueiro nacional durava dois meses, isso encarecia muito o preço dos produtos, principalmente gêneros alimentícios.

A partir de então, Manaus voltou a desenvolver-se com a implantação das indústrias, tornando-se pólo industrial, como é conhecido atualmente. Diante disso, houve novamente migração nordestina, principalmente dos estados do Ceará e Maranhão, além de um esvaziamento do interior do estado para capital em busca de emprego e na esperança de melhores condições de vida,

E a presença dos pobres aumenta e enriquece a diversidade socioespacial, que tanto se manifesta pela produção da materialidade em bairros e sítios tão contrastantes, quanto pelas formas de trabalho e de vida. Com isso, e aliás, tanto se ampliam a necessidade e as formas da divisão do trabalho, como as possibilidades e as vias de intersubjetividade e da interação. [...] A corporatização do território, com a destinação prioritária de recursos para atender às necessidades geográficas das grandes empresas, acaba por afetar toda a sociedade, já que desse modo a despesa pública ganha um perfil largamente desfavorável à solução de problemas sociais e locais. O orçamento é uma norma que, nesse caso, resolvendo um aspecto do conflito distributivo, em favor da economia globalizada, agrava outros (SANTOS, 2002, p. 323, 336).

A população de Manaus em 1967 era composta de 250.000 habitantes. No ano de 1977, crescera para 600.000, porém a cidade não estava preparada para receber tanta gente e passou a enfrentar sérios problemas de hospedagem e moradia com esse crescimento populacional em busca de oportunidades de emprego. De acordo com o relatório técnico do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE),

A condição de vida nas cidades e nos assentamentos urbanos constitui um dos maiores e piores problemas ambientais na Amazônia. O processo histórico de ocupação humana e urbanização da Amazônia não se deu linearmente, o contexto político e econômico ao longo do tempo foram determinantes destas flutuações. Atualmente, a urbanização da região encontra-se em fase de estruturação, caracterizando-se ainda como uma região de "fronteira", onde a dinâmica das cidades ainda é muito intensa e estável, incluindo o surgimento de novos assentamentos urbanos (KAMPEL; CÂMARA; MONTEIRO, 2001, p. 02).

Manaus passou por um rápido crescimento, onde a maioria de famílias pobres, com raízes culturais distintas das que predominavam nas áreas de destino, migrou para Manaus. O apoio de parentes e amigos não era suficiente para enfrentar as dificuldades na tentativa de consolidar uma base de vida sustentável, na capital. Enfrentaram problemas graves, como falta de habitação e de emprego, precariedade nos transportes, carência de água potável e saneamento, violência urbana e dificuldades de adaptação ao novo padrão de vida que a cidade grande oferecia.

Vale acrescentar, o que os problemas enfrentados pelas comunidades indígenas no Amazonas,

A influência das mudanças de ordem econômica e demográfica sobre a população regional se fez sentir, também com força, entre os povos indígenas. Com suas áreas invadidas por grandes empresas, grileiros e garimpeiros, sem apoio para preservação das terras e da própria cultura, perseguidos, violentados, mortos, expostos a doenças e epidemias até então desconhecidas por eles, os índios da Amazônia passaram por um processo de degradação material e cultural que somente começou a arrefecer em virtude da tomada de consciência de seus problemas por parte de suas lideranças e de setores da população não-índia (TEIXEIRA, 2004, p. 11).

De acordo com Teixeira (2004), o resultado desse processo e de outras dificuldades: desmatamento, desaparecimento dos peixes, da caça e outros alimentos, baixa cobertura da rede escolar nas áreas indígenas, foi a migração para as cidades do estado, entre elas Manaus, comportando mais de 10 mil índios. É importante acrescentar que as influências, os preconceitos enfrentados e as dificuldades de adaptação à vida urbana tornaram bastante precárias as condições de vida dos indígenas nas cidades.

Como consequência, houve um crescente acúmulo social, culminando na criação de uma sociedade dualista em que exclusão e riqueza conviviam lado a lado. Essa dicotomia econômico-social se caracteriza de forma negativa para a cidade. Mesmo com a ZFM

proporcionando verbas aos cofres públicos, os problemas mencionados exigiam definição de políticas públicas para melhorar a qualidade de vida da população e a competitividade da economia. Nesse contexto, surgiu a necessidade de ampliação das ofertas dos serviços considerados fundamentais: saúde, educação, saneamento básico e transporte.

A criação da ZFM se tornou o único gerador de crescimento econômico e de arrecadação tributária no Amazonas, sendo responsável de forma direta e indireta pela quase totalidade do Produto Interno Bruto - PIB do Estado. Apresenta reflexos positivos, ao projetar-se a outros estados em razão do significativo valor adicionado que acarreta na economia nacional.

Estabeleceu-se a importante e competitiva Zona Franca de Manaus, construíram-se represas para hidrelétricas, descobriram-se petróleo e gás na Amazônia ocidental, mas, em compensação, rasgaram-se rodovias em desmesuradas extensões de terras florestadas sem qualquer previsão ou gerenciamento de impactos físicos, ecológicos e socioambientais. Na terra dos grandes espaços florestados, tramou-se contra as reservas indígenas e contra os próprios indígenas, remanescentes da pré-história. Atendeu-se literalmente a todos os interesses dos especuladores de fora e de dentro do país sob alegações de um desenvolvimento que se sabe absolutamente incompleto e anti-social (AB'SABER, 2005, p. 21).

Hanan (1999) sugere a redução da degradação social, adotando mecanismos que elevem os indicadores sócio-econômicos e sanitários de qualidade de vida. Entre eles, estão a redução da degradação ambiental e promoção do crescimento social. Porém,

Na Amazônia brasileira projeta-se uma população de vinte milhões de seres humanos, muitos dos quais marginalizados em razão de uma geografia humana sofrida. O mundo urbano novo que fez crescer e multiplicar cidades atraiu gente de todas as beiradas de rio e igarapés, mas não teve força para ampliar ou multiplicar mercados de trabalho. Daí ter surgido uma nova pobreza, responsável por subnutrição, bairros carentes, favelas e dramas pessoais e familiares inenarráveis. (AB'SABER, 2005, p. 21).

A situação de pobreza é enfrentada por muitas pessoas. Um dos motivos é o desemprego, considerado o maior causador da divisão de classes, além disso, falta também moradia (revelada pelo aumento de moradores de ruas e de crianças que perambulam por elas) Está visível, também, a carência de assistência hospitalar e de saúde pública; de oferta educacional suficiente em todos os níveis, particularmente no que toca ao atendimento à criança em idade pré-escolar; há carência no transporte coletivo e outras situações que estão sempre nos noticiários. No Brasil, a desigualdade social é multifacetada desde o período colonial. Ao olhar para o passado é possível entender que,

A passagem da economia agroexportadora colonial para a nova ordem econômica industrial reafirmou certos limites da capacidade de incorporação de vários segmentos da sociedade brasileira à cidadania, assim como reafirmou as raízes das desigualdades e acrescentou outros próprios à sua nova dinâmica (BEZERRA; FERNANDES, 2000, p. 18).

As grandes distâncias, dimensões geográficas e as dificuldades de acesso refletem de forma negativa no fornecimento de serviços básicos, como saúde e saneamento nessas aglomerações, permanecendo os problemas relacionados a esses serviços e à infraestrutura. No relatório técnico do INPE, consta que,

Esta estrutura ocasionou o surgimento da forma-cidade assim como dos grandes contrastes entre o centro, com infra-estrutura, e a periferia com população residindo em casas de palha e madeira. A estrutura sócio-político-institucional excluiu a população de seus benefícios diretos tais como melhor remuneração e diversificação da oferta de emprego, e ainda benefícios indiretos como a presença de equipamentos de uso coletivo, caracterizando uma urbanização incompleta, típica de países periféricos (KAMPEL; CÂMARA; MONTEIRO, 2001, p. 03).

Segundo Teixeira (2004), até meados do século XX, o Brasil foi um país com população predominantemente rural, a partir dos anos sessenta, essa característica passou a ser urbana. A Região Norte, após dez anos de atraso, no final dos anos setenta, teve a população urbana suplantando a rural. Nesse rápido processo de urbanização, o destaque foi para o Amazonas. Nos dias atuais, a urbanização da cidade ainda encontra-se em fase de estruturação, e essa dinâmica é estável, fato observado com o surgimento de novos projetos urbanos, pois:

[...] o crescimento da população urbana não foi acompanhado da implementação de infra-estrutura para garantir condições mínimas de qualidade de vida. Baixos índices de saúde, educação e salários aliados à falta de equipamentos urbanos, denotam a baixa qualidade de vida da população local [...]. A condição de vida nas cidades e nos assentamentos urbanos constitui um dos maiores e piores problemas ambientais na Amazônia (KAMPEL; CÂMARA; MONTEIRO, 2001, p. 02).

O espaço amazônico requer a compreensão de uma raiz cultural própria com a natureza, que deve ser levada em consideração quando analisadas as formas de ser, estar, fazer e conviver. As realidades social, educacional e ambiental, constituem uma diversidade multicultural importante, que não pode deixar de ser considerada quando submetida à análise de políticas públicas.

Na região amazônica, são comuns os casos de madeireiras clandestinas, que geram graves problemas por conta do desmatamento comprometendo a preservação de vastas áreas de florestas, além da biopirataria. Diante desse contexto, e outros que ocorrem, afetando toda a humanidade. Essa realidade despertou o interesse de vários órgãos e entidades não

governamentais como, por exemplo, as Organizações Não Governamentais – ONGs pela responsabilidade de lutar em defesa do meio ambiente. Realizam campanhas, fóruns e palestras de conscientização sobre a preservação ambiental, compromisso que é defendido também pelos povos indígenas. A comunidade vicentina, presença constante na vida e na história da cidade, também assume esse compromisso, pois a vida precisa ser preservada, como patrimônio da atual e das futuras gerações.

Na construção histórica da cidade, os igarapés sempre fizeram parte da paisagem urbana, servindo como meio de locomoção e também como moradia, reforçando, desta maneira, um laço afetivo, cultural e econômico. Contudo, devido à falta de planejamento, as orlas dos diversos igarapés da cidade foram sendo ocupadas de maneira irregular, dando lugar a uma paisagem composta de palafitas e construções irregulares.

Para tentar mudar esse cenário, foi implantado um programa para funcionar como instrumento de intervenção social para recuperação da orla dos igarapés em Manaus, tendo como estratégia a retirada das famílias moradoras de suas margens, remanejando-as para condomínios habitacionais ou outras localidades, onde pudessem ter condições adequadas de moradia e acesso a infraestrutura necessária.

Outro programa de serviços ambientais foi criado para orientar as pessoas que residiam em áreas na floresta amazônica, e que se comprometeram em contribuir com a redução do desmatamento. Está direcionado para o desenvolvimento da cadeia produtiva dos serviços e produtos ambientais de base florestal. É uma forma coerente de ação cujos princípios desdobram-se em sustentabilidade, evitando a interpretação de um programa assistencialista. A evolução desse programa resultou num sistema mais completo de concessão de benefícios, estruturado de modo a propiciar, com mais clareza, o associativismo, a renda, a produção sustentável e os benefícios sociais básicos.

Diante desse cenário, observo que organizações como a Igreja Católica, por meio de campanhas de conscientização dos direitos inalienáveis do ser humano pela justiça e pela paz, buscam minimizar esses problemas. Uma das manifestações dessa preocupação é a Casa da Criança que foi idealizada para contribuir com a sociedade a partir de um trabalho efetivo e duradouro.

Até aqui foi abordado um cenário histórico sobre a cidade de Manaus, local onde se encontra instalada, a obra Casa da Criança, uma iniciativa da Diocese de Manaus e entregue à administração da Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP), sob os cuidados das irmãs vicentinas, filhas da caridade.

No contexto social em que estamos inseridos, é possível afirmar que existem inúmeras formas de ameaça à vida, por outro lado, depara-se com situações e organizações que defendem a qualidade de vida para todos. Do interesse em ajudar o próximo foi criada a Casa da Criança, lugar onde as crianças encontraram e continuam encontrando assistência necessária para vida. Através da solidariedade as pessoas ajudam a fazer o sucesso que já perdura por muitas décadas. É uma obra que vive de doações, que chegam todos os dias, seja financeira ou através de alimentos.

Atendem as crianças evitando que sejam expostas a situações de risco, nem entregues às ruas de Manaus, recebem também educação infantil desde o maternal até o II período. As irmãs da caridade atribuem a maior fatia do bolo ao povo de Manaus que quer ver esta obra crescer cada vez mais desenvolvendo um trabalho de educação, da formação cristã e religiosa das crianças que são entregues aos seus cuidados. É uma obra de assistência e de promoção social que, por meio do trabalho educativo, tem seu trabalho consolidado na cidade.

A CASA DA CRIANÇA: uma instituição educativa religiosa

Figura 15 – Fachada Casa da Criança



Fonte: Arquivo da Casa da Criança, 2010

Figura 16 – 1º Pavilhão da Casa da Criança



Fonte: Arquivo da Casa da Criança, 1948.

Figura 18 – Berçário da Casa da Criança



Fonte: Arquivo da Casa da Criança, 1952

Figura 17 – Crianças no pátio da Casa da Criança



Fonte: Arquivo da Casa da Criança, 1952

Figura 19 – Refeitório da Casa da Criança



Fonte: Arquivo da Casa da Criança, 1948

Dar assistência à infância pobre de Manaus, através da educação, da cultura religiosa, ações beneficentes, assistenciais e orientação aos pais a fim de favorecer o desenvolvimento integral da criança (A CASA..., 2009).

3 A CASA DA CRIANÇA: uma instituição educativa religiosa

Ao iniciar esse capítulo, farei uma abordagem sobre instituições escolares. É numa perspectiva conceitual que o texto se utiliza dos escritos de Saviani (2007). Parte dos vários significados que o autor apresenta sobre instituição escolar, para se manter na base comum da ideia de que “instituição é criada e organizada pelo homem”, de modo que,

Além de ser criada pelo homem, a instituição apresenta-se como uma estrutura material que é constituída para atender a determinada necessidade humana, mas não qualquer necessidade. Trata-se de necessidade de caráter permanente. Por isso a instituição é criada para permanecer. Se observarmos mais atentamente o processo de produção de instituições, notaremos que nenhuma delas é posta em função de alguma necessidade transitória, como uma coisa passageira que, satisfeita a necessidade que a justificou, é desfeita. Para necessidades transitórias não se faz mister criar instituições. Essas necessidades são resolvidas na conjuntura não deixando marcas dignas de nota na estrutura. Isto, obviamente, não obstante o fato reconhecido e reiterado à exaustão de que as instituições, como todos os produtos humanos, por serem históricos, não deixam de ser, em última instância, também, elas, transitórias. Mas sua transitoriedade se define pelo tempo histórico e não, propriamente, pelo tempo cronológico e, muito menos, pelo tempo psicológico (SAVIANI, 2007, p. 4-5).

As instituições são criadas como unidades de ação para satisfazer determinadas necessidades humanas, através de um sistema de práticas em que estão incluídos os agentes, os meios e os instrumentos de trabalho, tendo em vista as finalidades a que se destinam.

O autor deixa claro que não é toda necessidade humana que exige a existência de uma instituição, porém, considera que as instituições são, pois sociais, sua origem foi determinada por uma necessidade surgida da relação do homem em seu meio social.

A partir desse conceito geral de instituição é possível entender o conceito restrito de instituição educativa. Ela depende de elementos constitutivos básicos, inclusive para poder ser estudada historicamente.

Alguns autores identificam aspectos institucionais específicos. Voltando a Saviani (2007), ele identifica alguns desses aspectos da instituição escolar: o arquitetônico, os equipamentos, o material didático, a estrutura organizacional. Resumindo: a materialidade enquanto suporte físico das práticas educativas

A Casa da Criança seja, pois na perspectiva conceitual mais ampla ou no conceito de instituição educativa em particular apresenta-se como exemplo vivo de tais conceitos,

A perspectiva de compreender a educação como um processo mediador entre a vida do indivíduo e da sociedade e a concepção de trabalho educativo caracterizada como prática mediadora entre o ser indivíduo singular e sua humanização requerem outra mediação centrada numa concepção de formação do indivíduo (GONZÁLEZ, 2005, p. 188).

O assunto a ser abordado nesse capítulo é a Casa da Criança, que está fundamentada nos princípios da Educação Vicentina em prol das crianças e de sua formação.

De acordo com Haddad (1991), as creches surgiram durante o século XIX, nos países norte-americanos e europeus. No Brasil, ocorreu no início do século XX, devido à estruturação do capitalismo, ao crescimento urbano e à necessidade de reprodução da força de trabalho. Porém, durante muito tempo, a função da creche foi combater a pobreza e a mortalidade infantil. Mesmo que o objetivo da creche fosse atender os filhos da mulher trabalhadora,

A prática refletia uma preocupação voltada menos a liberar a mulher para o trabalho e mais a reforçar seu lugar no lar e com os filhos. Considerando que o surgimento da creche também acompanhou o movimento de responsabilização da mulher pelos cuidados apropriados ao marido e filhos, à creche cabia não somente guardar a criança, mas, sobretudo, aconselhar as mães sobre o cuidado para com os filhos. Não é por acaso que a literatura disponível sobre creche menciona textualmente que, paralelamente ao objetivo de atender aos filhos das famílias pobres que precisam trabalhar, também se propagavam critérios considerados apropriados ao cuidado da criança, evitando os perigos que levassem à vagabundagem e à morte (HADDAD, 1991, p. 24-25).

O conceito da mulher confinada às paredes da casa, responsabilizando-se pela organização do lar, atendimento aos filhos e ao marido, historicamente não se constituiu em um padrão de vida exclusivo da mulher pobre, principalmente no que toca ao confinamento. Mas, para as mulheres trabalhadoras de baixa renda, foi quase um imperativo de sobrevivência sempre precisaram se desdobrar para compor o orçamento doméstico, para além dos afazeres domésticos e das responsabilidades materiais. Elas precisam trabalhar. Quem cuida dos pequenos?

No Amazonas de ontem, como nos dias atuais, ficavam em casa aos cuidados dos filhos mais velhos independente da idade. Atitude muito arriscada, porém, era a única solução encontrada quando não se tem condições de pagar uma pessoa adulta para cuidar dessas crianças.

Haddad ressalta ainda que apesar do surgimento da creche, a figura da mulher é necessária para as responsabilidades de um lar. Isso é reforçado na presença feminina nas associações ou organizações sociais, religiosas ou filantrópicas que criam creches considerando,

O acentuado interesse na maternidade e ideais de conduta familiar, as mulheres de classes mais abastadas encontram na creche um espaço legítimo para estender seu papel fora do lar e instruir as mulheres das camadas populares a serem boas donas de casa e cuidarem adequadamente de seus filhos. Convictos de que o cuidado materno era o melhor para a criança e que o cuidado com o grupo era certamente um substitutivo inadequado, os provedores sempre atuavam na promoção da ideologia da família (HADDAD, 1991, p. 25).

Segundo a Haddad (1991), a creche inicialmente apresentou características em que prevalecia o caráter assistencial-filantrópico, pois compensava a carência financeira e muitas vezes moral da família. Assim, a existência das creches justificava-se para,

Atender a necessidade de mulheres viúvas ou abandonadas, que tinham de trabalhar por não terem outra alternativa, ou atender filhos de mulheres julgadas mães incompetentes. A creche, portanto, não legitimava a condição de mulher trabalhadora, devendo evitar e prevenir a desorganização familiar (HADDAD, 1991, p. 25).

O período inicial das creches esteve vinculado à pobreza, ao abandono e às sociedades de proteção à infância. Esse vínculo foi marcado pela tarefa de moralizar as vidas das famílias atendidas, estabelecendo uma relação de favorecimento material e afetivo, diante da falta de condições para assumir as responsabilidades relacionadas aos filhos. Desta forma, a creche desde sua origem, atuou num campo não legítimo a sua natureza, justificando-se como um paliativo e não se configurando como instituição permanente, que necessita de recursos próprios para sobreviver.

Em uma pequena análise, observo que a história revelou o vínculo da creche à ideia da ausência da família, ao seguir os modelos de funcionamento semelhantes aos padrões de família e maternidade, propostos pelos diversos profissionais que nela se faziam e se fazem presentes,

Serviço social, medicina higienista, psiquiatria, psicologia e pedagogia, entre outras. Assim, sua prática institucional foi ganhando novos contornos com a absorção de especialistas que traziam para as creches receitas para as novas faltas detectadas. Além da moral, econômica e higiênica já conhecidas, as descobertas sobre as carências afetivas, nutricionais, culturais e cognitivas das crianças favoreceram a introdução de sucessivas mudanças no funcionamento das creches, alterando-se o quadro de pessoal, as regras de limpeza, a distribuição dos espaços, a organização dos jogos, a configuração dos grupos etários, a relação com as crianças e os programas destinados às famílias (HADDAD, 1991, p. 26).

Há certa veracidade nesse argumento, como foi comentado anteriormente, a ausência dos pais no lar desestrutura o ambiente familiar. Esses profissionais tornaram-se necessários na creche. A partir do momento em que é observada a exigência nos horários para alimentação, sono, banho e normas de higiene, para o desenvolvimento da criança e a sua relação com a sociedade. Esse discurso tem como base a ausência dos cuidados maternos, ocasionado pela carência da relação afetiva mãe-criança em determinados momentos da infância,

A inclusão da creche no sistema educativo abre importantes perspectivas ao avanço de propostas que reconheçam as necessidades específicas das crianças nos programas destinados à faixa etária de 0 a 6 anos. Primeiro porque representa um grande passo para superação do caráter assistencialista predominante nos programas

destinados à essa faixa etária. Segundo porque cria a necessidade de formulação de uma política nacional, estabelecendo diretrizes básicas para a implantação e desenvolvimento de programas de creches e pré-escolas no Brasil. Terceiro, porque corresponde a um princípio que vem sendo defendido por áreas ligadas ao movimento de mulheres, ou seja: a educação através da creche e pré-escola vinculada aos direitos da criança e não da mãe trabalhadora ou da família pobre, fator tradicionalmente responsável por negligenciar as características específicas da crianças nesses programas (HADDAD, 1991, p. 32).

A socialização da criança é ampliada e intensificada no ambiente escolar, o contato com crianças de mesma idade e adultos que não pertencem ao seu grupo familiar, possibilita outra leitura do mundo. Desta forma as creches e pré-escolas são espaços importantes para a experiência de socialização e desenvolvimento da criança, “As creches, pré-escolas e muitas outras instituições voltadas ao atendimento de crianças [...] promovem também a socialização primária de maneira auxiliar e complementar à família” (GOMES, 1994 apud, CAVALLEIRO, 2003, p. 60).

Cavalleiro (2003) considera a socialização da criança de zero a sete anos uma etapa fundamental para o desenvolvimento humano, ou seja, uma educação a ser recebida pela criança significativamente importante para o desenvolvimento futuro do sujeito social. É nessa etapa da vida que ocorre,

A primeira socialização do indivíduo – socialização primária -, ou seja: “a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela”. Numa relação dialética homem/sociedade, o novo membro da sociedade interioriza um mundo já posto, que lhe é apresentado como uma configuração já definida, construída anteriormente à sua existência. Assim, interagindo com outros, a criança aprenderá atitudes, opiniões, valores a respeito da sociedade ampla e, mais especificamente, do espaço de inserção de seu grupo social. (CAVALLEIRO, 2003, p. 18).

Através das experiências vividas, a socialização possibilita à criança a compreensão do mundo, ocorrendo de forma paulatina à interiorização das regras definidas pela sociedade. Nessa ocasião, a família e a escola interagem como mediadoras ao apresentar o mundo social, para criança adquirir características fundamentais à sua personalidade e identidade, pois,

A identidade é um dos resultados mais importantes do processo de constituição social do sujeito. (...) identidade refere-se a um contínuo sentimento de individualidade que se estabelece valendo-se de dados biológicos e sociais. O indivíduo se identifica reconhecendo seu próprio corpo, situado em um meio que o reconhece como ser humano e social. Assim, a identidade resulta da percepção que temos de nós mesmos, advinda da percepção que temos de como os outros nos vêem (CAVALLEIRO, 2003, p. 19).

A construção da identidade é concebida numa dinâmica que possibilita o desenvolvimento gradativo da personalidade da pessoa. A família, e aqueles pertencentes a

outros grupos, possivelmente serão fontes de definição da identidade do indivíduo. A pessoa socializada poderá internalizar representações a respeito do seu grupo. Nesse caso, “A educação é entendida como um processo social no qual os cidadãos têm acesso aos conhecimentos produzidos e deles se apropriam de forma a se prepararem para o exercício de sua cidadania” (CAVALLEIRO 2003, p. 21).

A abordagem a seguir, se refere ao trabalho desenvolvido pela Casa da Criança, iniciando por uma breve abordagem sobre a ordem religiosa que coordena as atividades da creche, em Manaus. Em seguida, uma dissertação teórica sobre essa instituição, que se organiza cumprindo todas as exigências de uma instituição escolar, apresenta proposta educacional que corresponde aos requisitos contemplados na Educação Vicentina, e nas leis que regem a educação nacional, para atender uma dupla necessidade da cidade de Manaus, a assistência social e o ensino.

3.1 A companhia no mundo

A Companhia das Filhas da Caridade foi fundada em 29 de novembro de 1633, em Paris, por São Vicente de Paulo e Santa Luísa de Marillac, sendo que desde 1630, algumas jovens abraçaram o grande ideal do mestre de garantir a convivência incessantemente junto aos pobres infelizes, tem como compromisso viver dos conselhos evangélicos de pobreza, castidade e obediência (DODIN, 1980, p. 31-33).

A Companhia expandiu-se rapidamente em todas as regiões da França, Padre Vicente e Luísa lançam suas filhas pelos caminhos do mundo - As Filhas da Caridade - que continuaram realizando o Serviço dos Pobres em Cristo, em mais de 70 países, nos 05 continentes. No Brasil as doze primeiras irmãs, Filhas da Caridade, chegaram ao Rio de Janeiro (considerado o berço da Companhia no Brasil), vindas da França em 1849. Estão presentes em seis Províncias no Brasil: Rio de Janeiro, Curitiba, Belo Horizonte, Fortaleza, Recife e Amazonas. A Casa Central das Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo fica no Rio de Janeiro.

As ações desenvolvidas pelas Filhas da Caridade abrangem escolas, hospitais, asilos, creches, albergues, as ruas, os acampamentos dos sem terra, missões indígenas. De acordo com o que consta no projeto da instituição, [...] “não há beleza maior, nem que seja mais digna de estima do que daqueles que tudo deixaram para se doar inteiramente a Deus no Serviço dos Pobres” (CASA DA CRIANÇA, 2009, p. 07).

3.1.1 Educação Vicentina

Figura 20 – Logomarca da instituição



Fonte: Arquivo Criança da Criança

As cores definidas na logomarca têm um significado bem explícito: azul Royal no formato da letra “V” (Figura 20) e na palavra Educação simboliza a amplitude da missão proposta pela Educação Vicentina. A cor vermelha na palavra Vicentina simboliza o Amor – Caridade, com o qual os vicentinos se dedicam à missão. A ideia subjacente à figura significa dar as mãos, ou seja, educadores e educandos, comunidade e sociedade, unidos para a construção de um mundo mais justo e solidário.

A missão é promover uma educação de qualidade orientada por princípios cristãos e vicentinos que possibilitem o desenvolvimento do cidadão consciente, resgatando e mantendo a dignidade humana, agindo como transformador da realidade social e multiplicador do carisma vicentino. De acordo com o que consta no projeto da instituição a ação educativa vicentina proposta por São Vicente de Paulo e Santa Luisa de Marillac fundamenta-se na verdade revelada através dos seguintes princípios:

- Promover uma educação de qualidade, formativa e informativa, contextualizada, que garanta os aspectos: intelectual, científico, físico, espiritual, social e afetivo;
- Desenvolver uma educação evangélico-libertadora norteadora por uma pedagogia dialógica tendo em vista a formação de um cidadão efetivo;
- Atender aos desafios do mundo técnico e cósmico em mutação, resgatando a dignidade humana com sensibilidade e fraternidade;
- Promover a formação permanente da Comunidade Educativa Vicentina visando seu engajamento e participação com vistas à transformação da sociedade;
- Comprometer a Comunidade Educativa em ações que concretizem o carisma vicentino tendo em vista a dignidade humana;
- Desenvolver a Pastoral da Educação Vicentina integrando a fé, ciência e cultura a serviço da vida e da esperança (CASA DA CRIANÇA, p. 10, 2009).

O trabalho pastoral desenvolvido pela Casa da Criança de Manaus, instituição estudada por este texto, contempla a formação religiosa das crianças, destacando os valores da igualdade, fraternidade, amor e justiça.

Possibilita de forma planejada (encontros formativos, festas religiosas e eventos) o trabalho em conjunto entre a comunidade educativa vicentina e a família. Desde que iniciou as atividades, a entidade tem realizado um trabalho vocacional junto aos jovens que procuram

a Instituição, oferecendo-lhes acompanhamento humano e espiritual (Figura 21). Desenvolvem atividades direcionadas aos funcionários e professores uma vez por semana aos sábados no período da manhã, trabalham a formação espiritual com objetivo de melhorar o atendimento da clientela assistida.

Figura 21 – D. João da Matta com as primeiras irmãs e jovens assistidas



Fonte: Arquivo da Casa da Criança, 1948.

Diante do exposto, a presença das irmãs nas dependências da casa, acompanhando as crianças, para intensificar a proposta de trabalho oferecida pela instituição, se torna indispensável sobre a necessidade da educação,

Em todo o mundo, a educação, sob as diversas formas tem por missão criar, entre as pessoas, vínculos sociais. A educação tem como objetivo essencial o desenvolvimento do ser humano na sua dimensão social. Define-se como veículo de cultura e de valores, como construção de um espaço de socialização, e como caminho de preparação de um projeto comum (DELORS, 1998, p. 51).

Desenvolver a cultura da justiça e da solidariedade, e não somente ações solidárias, são condições que poderão garantir a vivência frente à realidade do mundo atual da revolução da informática, globalização e outros fenômenos onde as diversas formas de exclusão são crescentes. Poggioli (2010) apresenta duas formas de exclusão classificada como: pobreza material (desigualdade, baixa escolaridade, analfabetismo, falta de universalidade no acesso à saúde e precariedade no mercado de trabalho) e a pobreza política entendida como ausência de ações efetivas para apoiar a população carente em suas necessidades básicas. Por isso,

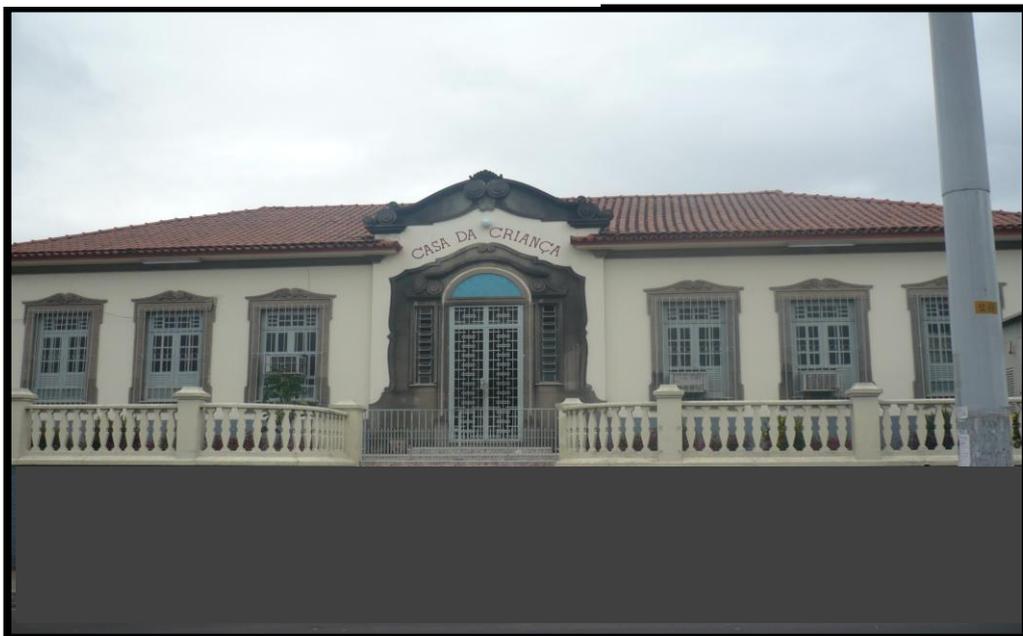
Ser pobre é menos não ter, do que não ser. Passar fome é grande miséria, mas é miséria ainda maior é não saber que, primeiro, a fome é inventada e imposta e, segundo que, para superar a fome não basta receber comida, mas é preciso ter condições de prover o próprio sustento (POGGIOLI, 2010, p. 97).

A ignorância passou a ser considerada como centro da pobreza; pobre é aquele que não consegue saber que é pobre, que não tem consciência crítica, nem capacidade de ler sua realidade, fazer-se sujeito capaz, para depois enfrentá-la, esperando sempre a solução dos outros. “O sistema se aproveita desta circunstância para mantê-lo como “massa de manobra”, incluindo-o como “beneficiário”, não como cidadão” (POGGIOLI, 2010, p. 97) O sujeito é privado de construir suas próprias oportunidades e história, não reconhece o potencial que tem como independente e protagonista de seu desenvolvimento próprio. É necessário ter consciência de seus direitos para sua libertação.

A congregação vicentina administra várias obras sociais e religiosas, como trabalhos em grupos de orientação aos dependentes químicos, assistência aos migrantes e refugiados pessoas desagregadas culturalmente. Todos esses projetos são reconhecidos pela sociedade e alguns chegam até a premiação pelos serviços comprovados ao longo do tempo.

3.2 A instalação da instituição⁶

Figura 22 – Fachada central da Casa da Criança



Fonte: Arquivo da Casa da Criança, 2010

⁶ Está situada, desde quando iniciou a obra, na Rua Ramos Ferreira, 1345, CEP: 69.020-080 – Centro, telefone: (92) 3232-5282 Manaus – Amazonas, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ: 04377826/0001-25, CREA: 590501752322.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a creche é considerada como um componente da educação infantil, para crianças de zero a três anos, e compete ao poder público oferecer vagas para essa demanda. Para a mãe é um serviço conveniente e necessário, um local de convivência, de atividades lúdicas e de educação infantil. Desta forma, com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, a creche permitirá que a mulher exerça seu direito de trabalhar, sem com isso prejudicar o desenvolvimento de suas crianças.

Existem aqueles que consideram em qualquer circunstância, o lar como o melhor lugar para a criança menor de três anos, acreditam que a frequência à creche nos primeiros anos de vida afasta prematuramente a criança da mãe, podendo prejudicar o pleno desenvolvimento infantil, destacam a importância do cuidado integral da mãe pelo menos nos doze primeiros meses de vida da criança e recomendam que o período de amamentação aconteça durante um ano ou mais, “O desenvolvimento integral, saudável e feliz das crianças de menos de sete anos de idade depende, em grande parte, de dois fatores: de um ambiente afetivo estável e seguro e de um ambiente material confortável e protegido” (TEIXEIRA, 2004, p. 09).

Independente das opiniões, a creche possibilita a participação feminina no mercado de trabalho e propicia os primeiros passos no processo de educação e de socialização da criança. No Brasil, a proporção de crianças matriculadas nesse ambiente escolar, ainda é insuficiente diante das necessidades nacionais.

Conforme dados do IBGE, no ano de 1940, em Manaus, 53.978 crianças de zero a nove anos não sabiam ler nem escrever, e 1.411 não tinham instrução declarada nessa mesma faixa etária. Parte da preocupação para a diocese se dirige a esse núcleo infantil, pois as mães ausentavam-se de suas casas para trabalhar e os pequenos, via de regra, ficam sozinhos sem a atenção de adultos responsáveis para orientá-los.

Na perspectiva de ajudá-las, oferecendo a possibilidade de suas crianças não ficarem em casa desacompanhadas, ou nas mãos de outras pessoas, o bispo da cidade D. João da Matta Andrade e Amaral, idealizou a Casa da Criança, lugar onde seriam desenvolvidos trabalhos de assistência e educação para crescerem com dignidade e respeito.

Para dar início à obra Casa da Criança (Figura 22), foi necessária a compra de dois terrenos localizados à Rua Ramos Ferreira - Centro, para construção e uso-fruto perpétuo, conforme projeto da Diocese de Manaus. O primeiro corresponde a 52,52m de frente e 52m de fundos e o outro, medindo 13,20m de frente e 88,18m de fundos.

A inauguração da obra aconteceu no dia 1º de fevereiro de 1948, e a partir dessa data, a convite da Diocese, passou a ser dirigida pelas filhas da Caridade. O evento contou com a presença de várias pessoas, e foi iniciado com uma procissão em que as imagens de Nossa Senhora das Graças e Santa Catarina Labouré, saíram do Colégio Santa Dorotéia, situado na Avenida Joaquim Nabuco, no centro de Manaus, chegando à Casa da Criança, que até essa data tinha um prédio construído denominado de Pavilhão Central.

Durante o evento, D. João da Matta manifestou-se diante das pessoas que estavam presentes, comunicando a entrega da obra às irmãs de caridade, sabendo que elas não eram remuneradas, mas acreditava na solidariedade do povo amazonense para ajudar e com isso elas venceriam as décadas. Em uma de suas falas o bispo disse: “Ajudem as Irmãs nesta Obra Benemérita; elas não têm remuneração, mas confio em vocês, que elas não passarão por grandes necessidades” (CASA DA CRIANÇA, 2009a, p. 1). Essa informação é conteúdo do vídeo citado na introdução desse trabalho, em comemoração aos 60 anos da criação da Casa da Criança.

Para consecução dos fins da instituição, considerou-se necessário a disponibilidade de: uma creche onde as crianças passariam o dia enquanto suas mães trabalhavam, ambulatórios de pediatria e clínica geral, um gabinete dentário, uma escola maternal, um jardim de infância, para que fosse desenvolvida na criança a socialização, proporcionando hábitos de independência, alternando jogos e cânticos com pequenos conhecimentos, uma agência de serviço social, um dispensário como parte do programa de proteção à criança, atendendo famílias reconhecidamente necessitadas.

Figura 23 – Irmã M^a Laura com suas ajudantes e crianças



Fonte: Arquivo Casa da Criança, 1948.

Três Filhas da Caridade, segundo Dodin (1980), lançaram mãos à obra, que apresentava características de orfanato. O regime de funcionamento que era de internato e semi-internato iniciou as atividades com 60 crianças matriculadas, de ambos os sexos. A obra recebia também nesse período jovens oriundas do interior do estado e que não tinham onde ficar. De acordo com o que consta nas atas da instituição, essas jovens ficavam aos cuidados das irmãs, (Figura 23).

Atualmente, a instituição conta com o desempenho de cinco irmãs. A mais antiga delas com mais de 40 anos na instituição, comentou em conversa informal que, no passado era muito difícil conseguir doações; hoje com o trabalho da obra reconhecido na cidade, elas são mais constantes. Foi possível constatar isso no período em que a pesquisa era desenvolvida; quase todos os dias chegava algum tipo de contribuição, das quais muitas eram alimentos.

A colaboração e parceria vêm acontecendo, em níveis diversificados, através de modernas formas. A fidelidade ao espírito e à metodologia de São Vicente e Santa Luísa procura renovar-se e ao mesmo tempo estar aberta às novas possibilidades e estratégias, acreditando que o melhor caminho para responder à pobreza, é através da forma global igualitária da solidariedade, da colaboração e das parcerias (POGGIOLI, 2010, p. 118, 122).

No ano de 2010, a obra completou 62 anos a serviço da criança carente de Manaus. É certificada como instituição filantrópica pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Conselho Estadual de Assistência Social e Cidadania (CEAS). Requisitos necessários, respeitados todos os parâmetros de funcionamento na área da infância e juventude. As normas de certificações constituem uma ampla categoria composta de princípios e padrões de desempenho por isso,

A prática de se certificar é altamente eficaz, pois gera credibilidade e demonstra que a organização está agindo de acordo com a legislação nacional e internacional. Ademais as certificações contribuem para diferentes aspectos dos negócios, elevando os níveis de qualidade, segurança e eficiência (CREDIDIO, 2006, p. 16).

Essas certificações repercutem de maneira importante na sociedade, os benefícios são reais e verdadeiros, ajudam a minimizar a crise de confiança manifestada pela sociedade. Traduzem-se numa excelente forma de gestão e divulgação de resultados, já que as organizações são induzidas a adotar práticas e processos para consecução das atividades a que se destinam.

3.2.1 Espaço físico

Figura 24 – Prédios e pavilhões da Casa da Criança



Fonte: Arquivo Casa da Criança

Como demonstração do esforço constante em dar continuidade à obra, novas instalações (Figura 24) foram inauguradas, como o pavilhão Dom João da Matta, em 1949, destinado às meninas; a lavanderia, em janeiro de 1950; em 1951, o pavilhão Irmã Rosalie Rendu funcionou como berçário, atendendo a 100 crianças; em 1952, o pavilhão Martagão Gesteira, destinado aos meninos e à cozinha; o pavilhão Margarida Naseau é destinado às meninas de quatro e cinco anos; a capela da Medalha Milagrosa foi consagrada em 27 de novembro de 1956.

Além desses pavilhões, há o prédio onde funciona a escola, com subsolo e mais dois andares. No subsolo, existem quatro salas de aula, duas com banheiro dentro, além de um banheiro comum. No andar acima do subsolo da escola, está a capela da Medalha Milagrosa. No primeiro andar, suas dependências estão assim distribuídas: duas salas de aula, diretoria, biblioteca, sala dos professores e dois banheiros. O segundo andar funciona com três salas de aula, com um banheiro comum. Atrás da escola há um lavatório com duas pias para uso da limpeza do prédio.

Figura 25 – Ambientes físicos da Casa da Criança



Fonte: Arquivo Casa da Criança

Na área externa (Figura 25), encontra-se um parquinho onde as crianças brincam em horários determinados pela escola e uma piscina para o banho comunitário. Ao lado, fica a horta, um depósito e uma lavanderia. Em Março de 1997, foi iniciada a construção do poço artesiano, com verba oriunda de outros países como: Suíça, Bélgica, Alemanha e alguns benfeitores, sendo concluído no primeiro semestre de 2000.

3.2.2 Regimentos, estatutos e legalidades

A Casa da Criança, enquanto organização religiosa constitui-se legalmente como pessoa jurídica de direito privado, conforme enumera a Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil Brasileiro, art. 44. Tem liberdade de criação, organização, estruturação interna e funcionamento. Sendo vedado ao poder público negar-lhes o

reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento⁷.

Diante do exposto,

Uma organização religiosa para adentrar no mundo jurídico necessita que seus fundadores/instituidores apresentem e inscrevam o estatuto da entidade no registro civil, em regra em cartório de registro de pessoas jurídicas para que com o assento cartorial adquira personalidade jurídica (PAES, 2006, p. 74).

Ao dar início às atividades da obra, foi elaborado o primeiro Estatuto, composto de 14 artigos (ANEXO A), registrado em Cartório do Registro Especial de Títulos e Documentos da Comarca de Manaus, estado do Amazonas sob o nº 115 em março de 1948, folhas 44 v – 45, alterado em 10 de março de 1970, sob o Nº 767. Contempla em seu art. 1º, a Casa da Criança como uma instituição de assistência social com personalidade jurídica de direito privado.

Neste estatuto, o objetivo é dar assistência completa à infância pobre de Manaus. A educação em idade pré-escolar adequada, assistência à saúde, formação moral e religiosa, assistência material (alimentação, vestuário, material escolar), considerados indispensáveis ao alicerce da personalidade, constituíam-se como finalidades da obra.

Inicialmente receberia crianças com idade entre quatro e sete anos, considerados pré-escolares, acompanhando o desenvolvimento harmônico das faculdades mentais. A ampliação da obra foi gradativa como prevê o art. 13 do estatuto, num total de quatro pavilhões para acolher a infância de zero a sete anos. A manutenção da obra estaria a cargo dos sócios, classificados em duas categorias: aqueles contribuintes particulares e os benfeitores⁸, entre eles a Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência e o Departamento Nacional da Criança, que auxiliou a construção do prédio. Vale ressaltar que, esses sócios contribuintes, não responderiam pelas obrigações civis da diretoria.

Elaborado em dezembro de 2003 e reconhecido em cartório, o Estatuto Social (ANEXO B), contendo 69 artigos, estabelece no art. 1º que a Casa da Criança⁹ é, uma associação civil e religiosa de caráter educacional e de assistência social.

⁷ “A liberdade de funcionamento das organizações religiosas não afasta o controle de legalidade e legitimidade constitucional de seu registro, nem a possibilidade de reexame, pelo Judiciário, da compatibilidade de seus atos com a lei e com seus estatutos”. Enunciado de autoria de Gustavo Tepedino e Bruno Lewicki, referente ao art. 44 do Código Civil, aprovado em 03-11-2004, por estudiosos do direito no âmbito da III Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal.

⁸ Os benfeitores são aqueles com personalidade física ou jurídica, individuais ou coletivas que, atualmente continuam contribuindo de forma pontual ou continuada para continuidade da missão, atividade e objetivos da obra, através de donativos financeiros ou da doação de bens que são canalizados para as instituições de solidariedade social, tendo em conta as suas necessidades. São doações como essas que também ajudam a manter a obra.

⁹ Registro no CNAS Nº 39628/49 de 18/02/50, Utilidade Pública Estadual, de acordo com a Lei Nº 10 de 07/06/60; Utilidade Pública Federal, conforme Diário Oficial da União Nº 68.929 de 16/07/71.

Tem como finalidade a prestação de serviços nas áreas de saúde, educação e assistência social, em benefício dos seus assistidos. Por meio do ensino, dedica-se à educação religiosa, à educação escolar e atividades culturais, à promoção humana, práticas beneficentes, filantrópicas e afins; se preocupa também com o atendimento médico por meio de convênios e parcerias com o poder público, iniciativa privada e terceiro setor. Executa uma proposta cidadã coerente com as finalidades institucionais expressas no art. 3º do estatuto vigente: promove o bem estar sem preconceitos de origem racial, sexo, cor, idade, credo religioso e quaisquer outras formas de discriminação.

O trabalho da obra vicentina é perene e constante, ou até quando não for mais possível desenvolver as propostas de trabalho a que se destina. A dissolução ou extinção, só pode ser deliberada pela assembleia geral mediante proposta da diretoria. Para isso, é necessária a convocação individual e por escrito, correspondendo à presença de 2/3 dos associados (irmãs da caridade). O patrimônio remanescente será destinado a entidades sem fins econômicos dotadas de personalidade jurídica devidamente registrada no CNAS, conforme determinado na assembleia geral.

3.2.3 Perfil sócio-econômico dos assistidos

Conforme Resolução Nº 05/2009 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a Casa da Criança atende crianças com idade entre 02 a 05 anos, que são levadas por seus pais até a creche todos os dias a partir das 06h permanecendo até 17h, de segunda-feira até sexta-feira.

As crianças assistidas inicialmente seriam aquelas encaminhadas pelo juiz, abandonadas na porta da Casa da Criança e as que vinham somente para passar o dia. Além do mais, receberiam jovens oriundas do interior do Estado, que viriam para a capital trabalhar e não tinham onde morar. Conforme o estatuto social da entidade a finalidade é atender às crianças carentes, cujo nível econômico de seus pais é de baixo poder aquisitivo, variando entre 01 e 03 salários mínimos, e em alguns casos pagam aluguel além das outras despesas.

A maioria desses pais é da classe operária de baixa renda, empregadas domésticas, camelôs, servidores públicos e de outros que não podem permanecer durante o dia com suas crianças, visto a necessidade de trabalhar. Vale ressaltar que só é aceita a criança que os pais trabalham fora de casa e não têm com quem deixar os filhos. Tal condição é constada pela visita realizada no período de matrícula pela assistente social e pelas irmãs da creche-escola.

A maioria dessas famílias reside nos bairros mais pobres de Manaus, moram com parentes ou tem um imóvel simples com dois ou três cômodos. Como a demanda é muito grande devido à localização geográfica no centro da cidade, e a maioria desses pais também trabalham lá, a instituição não tem condições de atender todas as crianças na idade correspondente.

Tal situação sugere a realização do processo de seleção através de entrevistas e, em algumas ocasiões, a visita domiciliar. Podem ser aceitas até três crianças por família (na maioria das vezes só se atendem três filhos quando pelo menos dois são gêmeos).

As matrículas efetuadas direcionam as crianças para os diversos níveis: de 02 a 05 anos para a fase do maternal II (02 anos), maternal III (03 anos), jardim I (04 anos) e jardim II (05 anos). Todas as crianças recebem educação pré-escolar, atendimento médico, odontológico e assistência social.

Na primeira quinzena de dezembro, é feita a pré-matrícula, seguida da visita domiciliar para constatar se a família preenche os pré-requisitos exigidos. Essa visita é realizada pelas irmãs juntamente com a assistente social e alguns funcionários que trabalham na Casa da Criança. Após a visita às famílias a matrícula é efetuada no final do mês de janeiro. São 380 crianças a serem assistidas na Educação Infantil, podendo aumentar de acordo com as necessidades que surgirem durante o ano.

Eventualmente, no segundo semestre do ano, quando surgem vagas, são chamados os candidatos que ficaram na lista de espera para efetuarem a matrícula. A creche fornece às crianças uniforme escolar ao custo de R\$16,00, livro didático, material escolar, refeição e outros benefícios já citados, sem nenhum ônus aos pais.

Segundo Teixeira (2004), as experiências emocionais, interações afetivas e psicológicas das crianças com a mãe, com o grupo familiar e com a comunidade favorecem a qualidade dos estímulos sensoriais percebidos pela criança (sons, cores, forma, tato, odores). A falta de preparo da mãe e da família pode comprometer o seu desenvolvimento. Se durante os primeiros anos de vida os contatos afetivos, os estímulos ambientais harmoniosos, a possibilidade de brincar, aprender e descobrir o mundo são submetidas a experiências traumáticas de violência ou negligência, a criança sofre significativa redução dessas conexões, comprometendo suas capacidades associativas para desenvolver o seu potencial. Por esse motivo,

Os cuidados prestados às crianças pequenas são decisivos, não apenas para seu desenvolvimento individual, mas também para o desenvolvimento socioeconômico do país em que vivem, [...] sua sociabilidade, afetividade e potencial produtivo e criativo (TEIXEIRA, 2004, p. 77-78).

Teixeira (2004) considera que fatores como: as atitudes e os comportamentos dos adultos, rejeição psicológica, emocional e afetiva aos filhos que não são desejados, violência como recurso para disciplinar, despreparo para criar e educar crianças com deficiências físicas ou mentais, falta de hábito para brincar com os filhos e estimular o seu desenvolvimento cognitivo, afetam também o crescimento das crianças,

Muitos dos problemas que interferem negativamente sobre o desenvolvimento neurológico estão relacionados a comportamentos, atitudes e práticas dos adultos. Além do consumo de bebidas alcoólicas, tabaco e outras substâncias tóxicas durante a gravidez e durante o período de aleitamento (TEIXEIRA, 2004, p. 78).

Outro fator que merece destaque é a violência doméstica contra as crianças, que segundo o autor, acontece através do ataque direto: agressões físicas ou psicológicas, abusos sexuais e outros. Situações de agressão à infância como alimentação precária (com pouca nutrição ou menor quantidade), redução dos cuidados com a saúde, tempo reduzido dentro das escolas, falta de afeto e carinho, também trazem efeitos devastadores ao bom desenvolvimento infantil. Esses fatores configuram situações de negligência, podendo levar o desenvolvimento infantil a sérias consequências, principalmente quando o agressor é o pai, aquele que juntamente com a mãe, deveria ter uma relação de afeto com a criança e deveria protegê-la. Nesse caso,

[...] já há evidências suficientes da necessidade de se enfrentar a violência praticada contra a criança como problema de saúde pública, tal a magnitude do fenômeno e tal a gravidade das sequelas, que deixa nas vítimas [...] Muitos são os casos de violência praticados por pais, mães, madrastas e padrastos (TEIXEIRA, 2004, p. 100).

O processo de desenvolvimento das crianças inicia-se na família e, aos poucos, vai sendo ampliado a partir do contato com outros grupos sociais. A escola, ao recebê-las, adquire tarefa fundamental para a educação dessa clientela, interagindo como facilitadora de situações e aprendizagem. Nesse atendimento reside um dos principais trabalhos da Casa da Criança.

3.2.4 Intercâmbio da entidade com a sociedade

A Casa da Criança está vinculada à Associação Internacional da Caridade (AIC), à SSVF e devido à sua localização regional, as irmãs participam da Paróquia de São Sebastião no centro da cidade, desenvolvendo atividades de evangelização na pastoral da catequese.

Como o Estado é considerado o primeiro setor, o mercado o segundo setor, o terceiro setor identifica-se como aquele que inclui as sociedades civis sem fins lucrativos, as associações civis e as fundações de direito privado, e todas as entidades de interesse social. É

um mobilizador de recursos humanos e materiais que impulsiona iniciativas voltadas para o desenvolvimento social. É composto por organizações de natureza privada, mas que não tem como objetivo o lucro, cuja dedicação é a consecução de objetivos sociais ou públicos nesse caso,

A sociedade civil pode se organizar de maneira eficiente e fornecer certos tipos de bens e serviços que as empresas privadas não têm interesse em fornecer por serem bens públicos ou por não apresentarem perspectivas lucrativas e que o Estado, por outro lado vê-se impossibilitado de fazer, seja por uma restrição orçamentária, seja por uma incapacidade ou incompetência administrativa (PANTALEÃO, 2003, p.19).

As instituições que integram o terceiro setor são instrumentos e interlocutores dessa nova dinâmica social, em que as relações são orientadas pelos laços de solidariedade entre os indivíduos, o espírito de voluntariado e o consenso na busca do bem comum (Figura 26) (PAES, 2006).

Figura 26 – Festa para comemorar os 60 anos da Casa da Criança - Salão aberto



Fonte: Arquivo Casa da Criança, 2008

Há décadas o Brasil enfrenta problemas sociais, necessita da interação entre a sociedade civil e empresarial para combatê-los. Apesar das ações governamentais serem importantes, não são suficientes. Então chama-se parceiros e patrocinadores para enfrentar as necessidades básicas que envolvem a população. Assim, tem sido possível repensar a função ética e social de novos procedimentos para implementação de mudanças conceituais, interagindo socialmente e de maneira responsável e socializada com vários segmentos sociais. As empresas têm sido estimuladas a desenvolver ações solidárias que incentivam e apoiam o

envolvimento dos profissionais em atividades nas comunidades, ao mesmo tempo que adquirem simpática visibilidade junto a elas, além de receberem incentivos fiscais consideráveis, bem nos moldes abordados na introdução deste trabalho, quando afirmei que os Estados reduzem seus gastos (e o fazem principalmente pelo sacrifício de investimentos na área social e educacional) e a transferirem responsabilidades governamentais para a sociedade civil,

Além das parcerias com ONGs, muitas empresas se preocupam em desenvolver ações diferenciadas da filantropia tradicional, com soluções variadas: fundações, institutos, associações ou a execução direta da política de responsabilidade social. (NAVES, 2003, p. 573)

Para se manter hoje, a creche recebe ajuda de benfeitores, ex-alunos, amigos e convênios com iniciativa privada e órgãos públicos, como a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC/AM), que desde quando começou a obra colabora encaminhando as professoras para ministrarem as aulas,

É importante destacar que a organização da sociedade civil em instituições fora do aparelho estatal resulta de uma visão participativa da cidadania. Não implica, necessariamente, supressão do poder [...] Nesse sentido, não é o mercado, como se tenta convencer hoje em dia, que promoveu o ressurgimento da cidadania participativa, “mas sim o movimento social que ‘civilizou’ a economia de mercado contribuindo ao mesmo tempo enormemente para a sua eficiência (NAVES, 2003, p. 567).

De acordo com o que consta na regra da SSVP, “a vocação vicentina exprime claramente o significado de profunda unidade, sentida de modo tão concreto por todos os seus membros” (SSVP, 2001, p.17). Essa vocação pode ser experimentada,

Ao mundo pelo desejo íntimo de participar pessoal e diretamente do serviço aos pobres por um contato de pessoa a pessoa, pelo dom pessoal de seu coração e de sua amizade e de fazê-lo numa comunidade fraternal de leigos animados pela mesma vocação (SSVP, 2001, p. 17).

As atividades realizadas na creche são desenvolvidas em situações diversas conforme calendário escolar (ANEXO C), reunião de pais, de professores, de funcionários, com voluntários, com benfeitores, com grupo de pastorais, em cursos específicos etc. Projetos e eventos beneficentes com a participação da comunidade, que tem a finalidade de arrecadar verba para a obra, são eventos inclusos na programação anual da instituição, os mais tradicionais são: no mês de abril, acontece o Rifão, em junho, a Festa Junina onde é realizado também um bingo, e em novembro, a tradicional feijoada.

Independentemente das atividades realizadas, conta com a ajuda de 25 voluntários que prestam serviços durante a semana de acordo com a disponibilidade de horário, (em alguns casos são encaminhados por órgãos públicos) nas mais diversas áreas. Entre os serviços prestados estão:

- Tratamento dentário e preventivo, acompanhamento pediátrico;
- Atendimento clínico semanal com o compromisso de acompanhar o desenvolvimento das crianças. Abaixo alguns trechos do depoimento do médico (voluntário há vinte e cinco anos da instituição), registrado no DVD da Casa da Criança em comemoração aos 60 anos da obra,

A Casa da Criança é uma atitude que tomamos de uma maneira totalmente diferente... eu me sinto feliz e leve quando saio daqui, para ir para outro trabalho ... as crianças são atendidas com respeito, com dedicação, em nenhum momento faltou qualquer tipo de assistência médica, quando é um caso que extrapola nosso conhecimento médico, pedimos a um colega que também é médico e que nunca deixou de atender, as irmãs também são atendidas de manhã, tarde e algumas vezes de madrugada quando necessário... Antigamente as crianças moravam aqui hoje não, chegam as 07:00 algumas 06:00, tomam café, banho tem a hora da oração, vão estudar, almoçar dormir, e brincar, quando ela sai da Casa da Criança alimentada e perfumada, para o lar em que muitas vezes a única comida que teriam na vida elas tem na Casa da Criança no retorno da férias voltam mais magras, e até com problemas de saúde. Enquanto estiverem na Casa da Criança terão sempre boa alimentação, assistência médica, religiosa, odontológica, assistência social e voluntários que ajudam muito (A CASA..., 2009).

O trabalho voluntário é espontâneo, a pessoa age pela vontade própria, sozinho ou em grupo, e ingressa livremente em uma atividade lutando pelas suas ideias ou crenças. Dedicar-se a um trabalho sem vínculo empregatício, obrigações trabalhistas, nem previdenciárias, prestando ajuda quando necessário (SALADO, 2006).

O referido autor ressalta que “o voluntariado solidário é uma atitude muito notada nas ações comunitárias em prol de famílias prejudicadas por incêndios, enchentes, pela seca ou qualquer outro fator” (SALADO, 2006, p. 29). A história do voluntariado no Brasil esteve bastante ligada a três vertentes: a compaixão, a solidariedade e a indignação ao tratamento que é dado às pessoas carentes. A partir dos anos 1990, várias organizações sociais foram criadas, fazendo surgir então a necessidade de trabalho voluntário com espírito empreendedor e um olhar mais crítico.

Além do trabalho voluntário, algumas instituições de nível superior, públicas ou privadas, encaminham estagiários para desenvolverem atividades supervisionadas na instituição. Alguns projetos já foram realizados na Casa da Criança, entre eles o de prevenção contra anemia, que sempre se manifesta nas crianças, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Desde o ano de 2010, o projeto "Vivendo o Presente,

Transformando o Futuro", através do convênio com a Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (SEAS), encaminha um professor de Educação Física às terças-feiras e quintas-feiras entre os horários de 14h00min até 16h00min, para desenvolver atividades com os meninos do jardim I e II.

É entendida como uma disciplina curricular que introduz e integra o aluno na cultura corporal, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir jogos, esportes, danças, lutas e ginásticas em benefício do exercício Crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida. Trata-se de localizar em cada uma dessas práticas corporais produzidas pela cultura os benefícios humanos e suas possibilidades na organização da disciplina no contexto escolar (SOUZA JUNIOR; DARIDO, 2009, p. 14).

Observa-se que a Educação Física atualmente ultrapassa a ideia de estar apenas concentrada no ensino correto do gesto motor. Essa modalidade ampliou a possibilidade ao professor e seus alunos às múltiplas manifestações da cultura corporal ao ponto de compreenderem os sentidos e significados impregnados nas práticas corporais.

Esse projeto baseia-se em atividades através da educação física para educação infantil. As atividades motoras devem ajudar as crianças a conhecer e dominar habilidades fundamentais para o seu corpo, contribuindo positivamente para o desenvolvimento das capacidades físico-motoras, percepto-cognitivas e sócio-afetivas. A capacidade físico-motora envolve todo o aspecto fisiológico relacionado à aptidão física e às habilidades motoras, como por exemplo, velocidade, força, coordenação, equilíbrio etc.

A capacidade percepto-cognitiva prioriza a percepção, o desenvolvimento dos sentidos (tato, visão e audição) e, na cognição, a capacidade da criança solucionar problemas, compreendendo, refletindo e interferindo na realidade em que está inserida. A capacidade sócio-afetiva estimula as relações interpessoais, a cooperação e o respeito, cultivando valores e regras morais do contexto sociocultural da criança. O compromisso com a ética, a sociedade, o respeito à diversidade, a participação cidadã, a preservação do meio ambiente, a promoção das crianças e adolescentes, estão entre os novos valores atuais, tendo em vista que:

O movimento atual maciço e quase universal, no sentido de maior participação e influencia dos cidadãos, é um fenômeno novo. Não está sendo promovido por uma estrutura universal. Não possui endereço fixo. Não busca convertidos nem militantes políticos. Seu alvo não é o poder do Estado. Em seu centro está a figura do cidadão (OLIVEIRA, 1995 apud CAVALLEIRO 2003, p. 12).

Os movimentos populares têm características limitadas relacionadas à questões da vida prática das comunidades. Ocorrem nos bairros mais pobres, com o compromisso de exigir das autoridades providências de natureza diversa, entre eles estão: coleta de lixo,

creche, escola. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a sociedade civil se organizou na luta pelos direitos da cidadania.

3.2.5 Direção e organização dos trabalhos

Logo que iniciou as atividades da obra em 1948, a Administração Geral¹⁰ foi composta por: um presidente, uma secretária e uma tesoureira, cujo mandato seria por tempo indeterminado.

Após o Estatuto Social, a Casa da Criança passou a ser governada pela Assembleia Geral¹¹, constituída por seus associados¹² (qualidade essa intransferível). Dirigida e administrada pela Diretoria, e assistida pelo conselho econômico fiscal, não tem cargo vitalício sendo composta pelo diretor presidente, vice-diretor presidente, diretor tesoureiro e secretário. Tem como função dirigir e administrar o estabelecimento em todos os seus segmentos: administrativo, pedagógico e assistencial, com duração de três anos para cada mandato, podendo ser eleita por mais dois triênios, conforme às constituições de comum acordo entre as irmãs e suas superiores. A nomeação é atribuição da Irmã Visitadora Provincial dessa associação.

Com um quadro atual de 33 funcionários, todos com registros na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), encargos sociais e auxílio transporte. É composto de 24 atendentes de creche, que cuidam das crianças, assim como também, da conservação e limpeza da creche; duas auxiliares de portaria, um auxiliar de manutenção predial, um motorista, uma lavadeira, três cozinheiras e uma assistente social. Estes funcionários são pagos pela instituição com ajuda dos benfeitores, empresas e pessoas anônimas que ajudam a manter a obra.

Para trabalharem com as crianças da educação infantil, a Casa da Criança conta com a colaboração de treze professoras, com ensino médio em magistério e formação superior, duas delas durante a manhã ministram atividades em sala de aula e no período da tarde desenvolvem atividades de suporte pedagógico, e uma agente administrativa que trabalha na secretaria da escola. Todas são funcionárias públicas concursadas pela SEDUC/AM e a ela vinculadas.

¹⁰ Art. 6º do Estatuto Original da Casa da Criança.

¹¹ Órgão máximo e soberano de governo da Casa da Criança. art. 22. Estatuto Social da Casa da Criança.

¹² Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, da Província do Amazonas. art. 8º. Estatuto Social da Casa da Criança.

As primeiras professoras já foram encaminhadas pela SEDUC/AM: Izabela Gastão, Idelúcia Vilarouca Monteiro (já falecidas) e Esmeralda Rodrigues Batista. Ao conceder duas entrevistas em sua residência, utilizando como recurso um questionário com questões que surgiram durante a pesquisa realizada na Casa da Criança, que estavam relacionadas ao período em que trabalhou na instituição, D. Esmeralda Rodrigues, informou que, em 1949, foi voluntária na obra desempenhando a função de assistente da professora Izabela Gastão. No ano seguinte, foi contratada como professora pela SEDUC/AM, que fornecia também uniformes, merenda e material escolar. Atualmente é membro do grupo Damas da Caridade, que se reúne uma vez por mês na Casa da Criança.

As aulas aconteciam durante a manhã de 07h até 11h (como acontece hoje), as turmas eram de 1º, 2º, 3º períodos do jardim da infância e pré-primário, desenvolviam atividades pedagógicas com crianças de quatro a sete anos. Quando terminavam essa fase, eram encaminhadas para as escolas do Estado ou município, como é feito até os dias atuais (os garis geralmente eram os que mais tinham crianças estudando). Das que moravam na casa, algumas seguiam a vida religiosa, outras casavam.

O pré-escolar atendia 30 crianças por turma, o jardim da infância, 25 crianças. Após as aulas, ficavam aos cuidados das professoras substitutas (atendentes de creche hoje). Naquela época acontecia a matrícula inicial, que no meio do ano era feita novamente por causa dos que desistiam durante o 1º semestre. Hoje isso não acontece mais. Encontrei na ata do dia 23 de março de 1951, no verso da pág. 01 - 64 crianças matriculadas. Constatei que sempre recebiam a visita de um representante da SEDUC/AM. Na ata de 27 de setembro de 1949, o relato de Narcês Rabello (fiscal de ensino), registrava que,

Comparecendo às 08:30 horas aproximadamente à Casa da Criança, para fins de inspecionar as duas escolas aqui lotadas, tive o ensejo de observar o seguinte movimento”: “A professora Maria do Carmo Brandão a qual rege a classe da manhã, não compareceu pelo motivo de estar abalado seu estado de saúde, conforme informação da irmã superiora. Entretanto, tive oportunidade examinar o livro de frequência que acusa o elevado número de 42 criancinhas, as quais se fizeram representar por ocasião de minha visita. Fiquei bastante comovida com o amor de mãe nesta casa é correspondido por intermédio das irmãs. que tanto fazem em favor deste belo jardim educacional, constituído de 66 alunos. A matrícula em registro 66, vou embora levando a melhor impressão possível. Ao realizar o presente termo deixo no registro os meus aplausos as senhoras irmãs da Casa da Criança (CASA DA CRIANÇA, 1949, p. 10).

Durante o ano letivo a Casa da Criança recebe estagiários dos cursos de Pedagogia, Serviço Social, Psicologia e outros, encaminhados por instituições de ensino superior instaladas na cidade de Manaus, para ali começarem a compreender melhor as responsabilidades da atividade profissional.

Entre as propostas de trabalho da Casa da Criança, está também a formação dos funcionários, que acontece por meio de reuniões, encontros e cursos realizados por iniciativa interna ou oferecidos por parceiros que prestam serviços em apoio à obra. Geralmente ocorrem aos sábados (o expediente é somente pela manhã) quando há reunião para a comunidade escolar (professores e funcionários).

Ressalto ainda que a creche escola não possui em seu quadro organizacional as figuras do Supervisor Escolar, Orientador Educacional e Nutricionista, cujas funções atualmente são supridas pelas Irmãs, entre elas a diretora que é graduada em Pedagogia, outra que é responsável pela cozinha e segue o cardápio orientado por uma nutricionista. A Psicóloga está vinculada ao convênio com a SEAS. Apesar dos voluntários que atuam na creche, nenhum desses se enquadra nos perfis acima. E os que aparecem com o perfil desejado, não podem assumi-lo por motivos financeiros. A instituição não tem condições de pagar outros profissionais qualificados além dos já existentes.

3.2.6 Atividade escolar

Teixeira (2004) considera que a educação infantil constitui o alicerce da socialização e da garantia dos direitos e deveres da criança no seio da sociedade,

Promover a socialização da criança num ambiente comunitário mais amplo constitui um dos principais objetivos da educação infantil. Esse processo de socialização baseia-se em dois eixos principais, sendo o primeiro deles a educação do comportamento em comunidade. Aqui a criança aprende a estabelecer os limites entre seus direitos e os direitos das outras crianças, entre sua vontade e as normas de convivência. Em segundo lugar, a criança vai aprender a decodificar a realidade, a compreender o mundo da comunicação oral e rudimentos da interpretação de signos, a colocar as bases de futuras descobertas em todos os ramos do conhecimento: matemática, ciências naturais, físicas e humanas. Em suma, a educação infantil constitui o alicerce da socialização e da garantia dos direitos e deveres da criança no seio da sociedade (TEIXEIRA, 2004, p. 88).

É necessário entender a participação e o envolvimento das crianças em creches e pré-escolas, para conhecer sua inserção nesse universo. Somente assim é possível entender situações que envolvem o coletivo de atores sociais que nelas atuam: os dirigentes, as crianças e seus responsáveis.

No Brasil, conforme a Constituição Federal de 1988¹³, a educação básica é obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos. O direito constitucional também compreende a educação infantil em creches e pré-escolas, para crianças com idades até cinco

¹³ Art. 208, I e IV. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

anos a ser oferecido em creches ou instituições equivalentes, que devem garantir o atendimento necessário (construir, equipar, contratar e treinar pessoal qualificado) a essa demanda, com apoio das administrações federal e estadual.

Ao conciliar o calendário escolar elaborado pela SEDUC/AM com o calendário da Casa da Criança, o acompanhamento pedagógico acontece uma vez por mês com a diretora da instituição e as professoras. Encontros para desenvolver atividades pedagógicas, como os planejamentos: anual, mensal e diário, além de reuniões desvinculadas do planejamento.

As crianças chegam aos pavilhões da creche a partir das 06h às 07h as professoras dirigem-se até às crianças, que se encontram nos pavilhões e levam-nas até o salão aberto (Figura 27), para acolhida e orientação religiosa (interação creche e escola). Professoras, atendentes e as irmãs integram juntas essas atividades. Em seguida, as professoras deslocam-se com os alunos até às salas de aula para dar início às atividades em classe. Durante a manhã, o lanche é servido às 09h nos respectivos refeitórios e à tarde às 15h.

Figura 27 – Crianças no salão aberto



Fonte: Arquivo Casa da Criança

Às 11h as crianças retornam para os pavilhões para tomar banho, almoçar e repousar até às 14h. A partir desse horário, têm recreação (parque, piscina e outros) além da presença dos voluntários que se deslocam até a Casa da Criança para desenvolverem atividades de lazer e recreação. Essa rotina na creche acontece de segunda-feira até sexta-feira.

A alimentação é qualitativamente equilibrada, com objetivo de suprir em 100% as necessidades calórico-proteicas das crianças, caso não recebam complementação em casa. Foi observada a dedicação no cumprimento dos horários para alimentação, higiene e a rotina da creche.

Em eventos como festa das mães, junina ou externo (Figuras 28, 29, 30 e 31), o ensaio ocorre no horário determinado pelas professoras. Dependendo da organização, todas as crianças ensaiam juntas. Quando a Casa da Criança é convidada para se apresentar fora da escola, somente as crianças de 05 anos participam, e sempre tem o acompanhamento da professora, da atendente de creche e das irmãs.

Figura 28 – Festa junina



Fonte: Arquivo da Casa da Criança
Figura 30 – Homenagem às mães



Fonte: Arquivo da Casa da Criança

Figura 29 – Festa da medalha milagrosa



Fonte: Arquivo da Casa da Criança

Figura 31 – Comemoração dos 60 anos da instituição



Fonte: Arquivo da Casa da Criança

O conteúdo programático está de acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais (RCN's) e o trabalho interdisciplinar, enfatizando os valores cristãos. O livro didático específico para a Educação Infantil é escolhido pelas professoras, devidamente fundamentado nos RCN's para este nível de ensino, é adotado somente para as crianças de 05 anos de idade, levando em consideração a realidade local da Casa da Criança, que não tem condições de comprar para os outros segmentos. A metodologia aplicada com os alunos de Educação Infantil observa as fases do desenvolvimento das crianças em relação à faixa etária, de modo a propiciar experiências diversificadas.

A aprendizagem significativa a ser desenvolvida nesta fase requer intensa atividade interna por parte das crianças. Tais atividades são resultantes de procedimentos desenvolvidos pelas crianças ao estabelecer as relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios.

No momento da relação das crianças com seus pares para a solução dos problemas, diante dos conflitos cognitivos, o importante é a mediação, que permita a produção de novos conhecimentos. A contextualização dos resultados é que dá fidedignidade às novas descobertas, pois a ação pedagógica do professor consiste em criar condições para os alunos explorarem os recursos de que dispõem e orientá-los nesse trabalho de esclarecimento do mundo.

Os procedimentos metodológicos mais utilizados na instituição são as aulas expositivas dialogadas, exploração de cartazes, utilização de músicas e movimentos corporais, atividades livres e orientadas, recursos áudio-visuais, jogos didáticos e extra-classe (as crianças saem para visitar alguns lugares como zoológico, shopping, teatro, cinema etc.).

A professora da Educação Infantil deve ser consciente de que a forma como a avaliação é compreendida, é fundamental para que a criança possa construir uma representação positiva de si mesma. De acordo com a Resolução Nº 04/2010¹⁴ – art. 47. “A avaliação na Educação Infantil é realizada mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção, mesmo que se trate do acesso ao Ensino Fundamental”. A avaliação deve permitir que elas acompanhem suas conquistas e dificuldades ao longo da aprendizagem. O registro diário de observações, impressões e participação são um rico material de reflexão e ajuda no trabalho docente.

As crianças precisam ser respeitadas em suas diferenças individuais, e os adultos devem observar o desenvolvimento das crianças e encorajá-las em sua curiosidade, valorizando seus esforços. A avaliação na escola é realizada de forma contínua e diária, através do parecer descritivo semestral e anual, que permite refletir sobre as habilidades e competências do educando no processo do desenvolvimento integral. Esse parecer descritivo é adotado pela SEDUC/AM, que observa os aspectos emocional, físico-motor, cognitivo e social, considerados relevantes para o processo ensino-aprendizagem na Educação Infantil.

Portanto, a avaliação acontece de forma sistemática e continuada, através da observação, das atividades desenvolvidas pelas crianças, levando em consideração o seu desenvolvimento no período de vida em que se encontra e que serve de base indispensável ao

¹⁴Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução CNE/CEB 4/2010. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2010, Seção I, p. 824.

registro descritivo. A escola, ao receber as crianças, adquire uma tarefa de fundamental importância para a educação sendo facilitadora de situações e de aprendizagem. Pelo fato da Casa da Criança atender crianças na idade que corresponde à Educação Infantil, elas não são submetidas a testes, ficando a sua aprovação de um nível escolar para outro, vinculado à idade de cada criança e ao desempenho por ela demonstrado.

A assistente social que estava presente durante a pesquisa, informou que é raro alguma criança sair da escola durante o ano letivo; quando isso ocorre é por motivos justificáveis (quando a mãe fica desempregada e não tem como pagar o transporte para levar as crianças até à creche, ou quando voltam para o interior do estado). Houve uma época em que para aquelas que se encontravam nessa situação, pudessem levar seus filhos à creche, a irmã Maria Fernanda fornecia vale transporte que recebia da prefeitura, porém quando parou de receber, ela não pode mais conceder esse tipo de ajuda.

Para a professora Elenice Furtado, que trabalha há 30 anos na creche, é fundamental “trabalhar em comum acordo com as famílias no dia-a-dia”. Argumentou sobre a importância do acompanhamento dos pais nas atividades da escola. No início de sua carreira na instituição, a presença deles era mais intensa, hoje a relação escola e família está comprometida devido à falta de tempo. Abaixo, seguem trechos de sua participação no documentário sobre a creche,

A Casa da Criança trabalha com as crianças e com as famílias delas também pois, precisam de orientação, ajuda psicológica e assistência social, as professoras mantêm um bom diálogo com as famílias, para que a criança desenvolva completamente como ser humano ... o que encanta é como a Casa da Criança lida com crianças carentes, que precisam de amor, carinho e alimentação ... essa obra vem suprindo as necessidades das crianças diariamente, onde ela encontra: educação, alimentação, lazer, amor, a nossa missão como professora, como educadora, essa missão que todos os dias nós vivemos dentro desta casa (A CASA..., 2009).

É importante que a criança desenvolva a sua formação integral (Figuras 32, 33 e 34). Porém, falta mais participação da família, é visível a ausência do cultivo de valores como respeito, harmonia etc. Nesse sentido, como fica a vida escolar das crianças? A ausência da família, mesmo sabendo da sua importante contribuição para o bom desempenho escolar, os desconfortos familiares refletem, em sua maioria na criança.

Figura 32 – Sala de aula



Fonte: Arquivo da Casa da Criança

Figura 33 – Apresentação das crianças



Fonte: Arquivo da Casa da Criança

Figura 34 – A Educação Infantil na perspectiva de formação integral



Fonte: Arquivo da Casa da Criança



Fonte: Arquivo da Casa da Criança

3.2.7 A Educação Infantil na perspectiva de formação integral

Nos últimos anos, movimentos sociais, redes públicas municipais, estaduais e Universidades têm procurado expandir com qualidade a Educação Infantil. Noto que essa iniciativa é a primeira na história da educação brasileira a formular uma Política Nacional de Educação Infantil, processo desencadeado com a Constituição de 1988, e com ação do Ministério da Educação (MEC). Mesmo no quadro nacional de desmobilização da sociedade civil para assuntos que deveriam ser de seu interesse, a luta pela Educação Infantil permanece, nos fóruns estaduais, na rede de creches e nos interfóruns, organizados para encaminhar de modo coletivo questões centrais da política de Educação Infantil.

Na sociedade brasileira, a Educação Infantil constitui um direito institucionalizado desde 1988 (artigo 208, inciso IV da Constituição Federal). A promulgação da Constituição reconheceu o direito à educação para crianças menores de sete anos. As instituições públicas de Educação Infantil (EMEIS e creches) favorecem sobremaneira as famílias de baixa renda cujas mães trabalham fora e deixam seus filhos sob os cuidados destas (CAVALLEIRO, 2003, p. 17).

Vale mencionar que, o MEC lançou, em 2005, o Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil (PROINFANTIL). Um curso à distância, de nível médio e na modalidade Normal, para formação de professores que atuam na Educação Infantil sem a formação exigida pela legislação, realizado pelo MEC em parceria com os estados e os municípios interessados. Direcionado a professores atuantes na rede pública e privada sem fins lucrativos (instituições filantrópicas, comunitárias ou confessionais, conveniadas ou não), nesta ocasião,

As instituições de Educação Infantil organizam e formalizam uma aprendizagem que já se iniciou na família e que vai ter continuidade nas suas experiências com a sociedade. Assim, não só a família se torna responsável pela aprendizagem da vida social, embora represente, inicialmente, o elo mais forte que liga a criança ao mundo (CAVALLEIRO, 2003, p. 18).

Os bons jardins de infância e as boas escolas maternas oferecem grande variedade de atividades e recreação livre (Figura 35), trabalho em grupo ou discussões com o professor, que ajudam a enriquecer o vocabulário. Há crianças oriundas de lares carentes e de lares mais afortunados. Essas crianças do segundo grupo, já dominam um repertório de conceitos e talvez desejem passar grande parte do tempo lendo e escrevendo.

Figura 35 – Crianças em evento no salão aberto



Fonte: Arquivo Casa da Criança

O professor precisa conhecer a criança, mas deve conhecê-la não apenas na sua estrutura biofisiológica e psicossocial, mas também na sua interioridade afetiva, na sua necessidade de criatura que chora, ri, dorme, sofre e busca constantemente compreender o mundo que a cerca, bem como o que ela faz ali na escola.

Quando uma criança vai para a escola, não vai apenas para aprender, mas também para vivenciar o aprendizado como um todo, e quem assim a percebe, poderá então orientá-la.

No relatório sobre a Casa da Criança (2009), elaborado pelas irmãs responsáveis pela instituição consta o registro de uma análise da obra a respeito das condições de organização administrativa econômica e social em que:

- a) Com relação ao ensino observado a falta do acompanhamento dos pais, quanto ao aspecto pedagógico das crianças. Porém, de modo geral, a grande dificuldade intelectual das crianças se deve à carência afetiva e desestruturação do lar, tornando-as algumas vezes agressivas e inquietas;
- b) No aspecto econômico, a obra tem suas dificuldades, por ser uma entidade beneficente, dependente da ajuda de terceiros para realizar seus trabalhos;
- c) Além do trabalho junto às crianças e suas famílias (algumas vezes dão assistência para as famílias das crianças fornecendo alimentos, outras encaminham alguém da família ao médico), as irmãs da caridade prestam atendimento material e espiritual aos pobres que diariamente batem à sua porta. São pessoas que sobrevivem sem moradia, sem escola, roupas e alimentação, como os menores de rua, os jovens viciados, as prostitutas, os imigrantes e outros.
- d) Conta com projetos sociais desenvolvidos por algumas instituições entre eles, as palestras ministradas por alunos da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Do ponto de vista da materialidade das atividades a Casa da Criança, se apresenta com:

- a) Reformas no prédio, quadra, cozinha, banheiros, piso, lavanderia, instalação elétrica, pintura nas paredes e construção do refeitório, aquisição de um veículo (Kombi), consultório dentário, construção dos apartamentos, passarela coberta, bebedouro grande e fogão, doados pelo consulado do Japão, brinquedoteca, videoteca, biblioteca, sala de informática, máquina de xérox, motoristas, jardineiro, TV para a Escola, quadros para as salas de aula, climatização das salas de aula e dormitórios, ampliação do refeitório masculino (04 a 05 anos) bebedouro e uma pia para o maternal III – masculino;

- b) Qualificação dos funcionários, encontros pedagógicos com professores, irmãs e todos os funcionários da Casa da Criança para a formação espiritual (trabalho realizado pelas irmãs) e relacionamento interpessoal (oferecida pela empresa Qualynorte);
- c) Disponibilização de material didático para as crianças e livro didático para as turmas do jardim II;
- d) Parceria com empresas.

Nesses seus anos de trabalho e diante da realidade institucional, busca alcançar algumas metas a curto, médio e longo prazos, visando maior efetivação de uma escola participativa e libertadora.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na elaboração dessa dissertação, estudei o trabalho desenvolvido pela Casa da Criança, que desde sua criação procura atender crianças com idade entre 02 até 05 anos. Em Manaus, a quantidade de creches, públicas ou particulares, não atende à demanda. Paralelamente à evolução da família moderna, a creche surge e se desenvolve como uma urgência social cujos pais trabalham fora e a necessidade de atender às crianças se faz presente.

No caso da Casa da Criança, entidade confessional e filantrópica, o atendimento de crianças procedentes de famílias de baixa renda é desenvolvido há mais de 60 anos. Os governos, em tempos de globalização e neoliberalismo, têm-se omitido quanto à responsabilidade em relação às políticas sociais em geral e, particularmente aos cuidados com a criança pequena. A alternativa encontrada tem sido o repasse desse encargo às instituições particulares e assistenciais, algumas delas adotando modelo doméstico de trabalho por meio de ação voluntária, ocasional e, muitas vezes, desprovida de orientação pedagógica mais específica. Caracterizada pela seleção de tarefas consideradas prioritárias no cuidado da criança e pela resistência a aplicação mais orientada de técnicas ou de qualquer forma mais racional de trabalho.

A experiência da Casa da Criança revela uma trajetória institucional e educativa caracterizada pelo esforço em reproduzir padrões educativos e formativos considerados importantes ao bom desenvolvimento dos pequenos. Haddad (1991) argumenta que as creches têm procurado apresentar programas que respondam pela educação das crianças no quadro social das sociedades capitalistas: atender, assistir e educar.

A Casa da Criança, como toda creche dispõe de potencial que pode constituir-se em significativo sistema de apoio para as relações familiares: permitir à mulher conciliar a rotina do trabalho, suas próprias necessidades e obrigações, com o atendimento aos filhos. Para Haddad (1991), o reconhecimento dessas particularidades depende de uma profunda revisão nos conceitos que se tem de infância, educação, família e responsabilidade social.

O vínculo entre creche e educação infantil num mesmo sistema educativo, implica a adoção de propostas pedagógicas adequadas ao desenvolvimento infantil e, sobretudo, de uma nova postura em relação à oferta e implantação desse nível de ensino no país, que sejam reconhecidas como instrumentos permanentes e não emergenciais, com prédios em condições adequadas, recursos materiais suficientes e constantes e principalmente, profissionais

qualificados, capacitados e remunerados de acordo com as exigências das funções que desenvolvem, tais pressupostos podem ser considerados relevantes na busca de uma unidade de atuação/postura em relação à educação das novas gerações, rumo à superação de paralelismos que tem caracterizado o atendimento a essa faixa etária no país.

O trabalho desenvolvido na Casa da Criança apresenta-se na cidade de Manaus como referência em ação social e pedagógica pelo que promove em aquisição de benefícios para as crianças, suas famílias e atendimento assistencial. Sua presença e a procura pelo seu atendimento comprovam que as políticas ao longo do tempo e, beneficiadas por surtos de prosperidade e circulação lucrativa de moeda, não estenderam à coletividade, o acesso suficiente à saúde e à educação. Comprovo então a hipótese levantada na introdução desta pesquisa: não houve compatibilidade suficiente entre os recursos angariados pelo poder público em tempos de prosperidade e as carências gerais de modo a promover prosperidade legal e qualitativa a todos os segmentos populacionais da cidade. O luxo das edificações o acesso a bens de consumo sofisticados foram exclusivos dos que detinham o poder e condicionado à economia.

A entidade, ao receber as crianças, assume uma tarefa fundamental: formação integral manifestada pela ética norteadora da estrutura educacional; pela adequação das atividades de ensino-aprendizagem aos pressupostos das diretrizes educacionais do país expressas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o RCNs e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); no cuidado em proporcionar atendimento médico-odontológico; na oferta de conhecimentos extensivos à família para melhor desenvolvimento de suas potencialidades.

O significado da Casa da Criança fica delineado principalmente no terceiro capítulo da dissertação. O estado do Amazonas e as particularidades da cidade de Manaus se apresentam como o cenário que vai explicitar a instalação da Casa em função das questões apresentadas pelo município de Manaus seja como comunidade urbanamente constituída pelos habitantes locais ou pelos migrantes ribeirinhos e ou nordestinos.

Ao se instalar em meados do século XX a Casa da Criança constituiu identidade própria compartilhando com o trabalho religioso já tradicional dos vicentinos a ação assistencial. A eles agregou valor educativo ao organizar a creche e as práticas da Educação Infantil numa estrutura escolar voltada para o bom desenvolvimento pessoal e intelectual a crianças de 02 a 05 anos.

Com uma relação pautada pelo respeito e diálogo entre dirigentes, funcionários, crianças e a família, a obra consolida uma presença efetiva na vida manauense. Ultrapassou o formato assistencial e de promoção social que, apesar de todo mérito, tende a se tornar restrito e muitas vezes ocasional. Ao enveredar pela área educativa, tem dado conta com mérito e constância, das responsabilidades, permitindo às crianças de origem mais humilde, encaminhamento e formação de qualidade nos primeiros anos de sua vida.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. Problemas da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, Jan./Abr 2005. p. 07-35. Entrevista.

A CASA da Criança: 60 anos de história. Programa documentos da Amazônia. Manaus: Amazon SAT, 2009. 1 DVD.

AMAZONAS: a história de Manaus antiga na época da borracha, entre 1896 e 1920. Manaus: Jornal A Crítica, 2003. Produzido por Videolar S. A. 1 CD-ROM.

BATISTA, Esmeralda. **A Casa da Criança**. Manaus, AM, fev/2011. Entrevista.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: um pouco-antes e além-depois. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977. (Coleção Amazoniana).

_____. **Romanceiro da batalha da borracha**. Manaus: Imprensa Oficial, 1992.

BEZERRA, Maria do Carmo Lima; FERNANDES, Rubem César (coords.). **Redução das desigualdades sociais**: subsídios à elaboração da agenda 21 brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico 1940**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII_Brasil.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2011.

BRASIL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico 2003**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1307&id_pagina=1>. Acesso em: 22 jul. 2011.

BRASIL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/default.shtm>>. Acesso em: 23 jul. 2011.

BRASIL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico 2009**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=am&tema=demogempr2009>>. Acesso em: 24 jul. 2011.

BRASIL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=am#>>. Acesso em: 19 ago. 2011.

BRASIL. Lei n. 3.173, de 06 de junho de 1957. Cria uma zona franca na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, 12 jun 1957. Seção 1, p. 15285.

BRASIL, Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 16 jul 1990. Seção 1, p. 13563.

BRASIL, Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Lei n. 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 10 jan 2002. Seção 2, p.43.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Resolução n. 04 de 13 de julho de 2010. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=866&id=14906&option=com_content&view=article>. Acesso em: 20 ago. 2011.

BRASIL. Resolução n. 05 de 17 de dezembro de 2009. Fixa as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2009.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas, SP: Alínea, 2009.

CASA DA CRIANÇA (Manaus). Ata de 27 de setembro de 1949. p. 10.

_____. **Estatutos**, 24 de março de 1948.

_____. **Estatuto Social**, 24 de março de 2003.

_____. **Projeto Político Pedagógico**: 2009a.

_____. **Relatório da Diretoria Geral**: 2009. Manaus, 2009b.

CASTRO, Raymundo C. Monteiro de. **Cultura e exploração da borracha no Valle do Amazonas**. Manaus, AM: Associação Commercial do Amazonas, 1913.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

COSTA, Carlos da. **O caminho não percorrido: a trajetória dos assistentes sociais masculinos em Manaus – continuação**. Publicado no Recanto das Letras em 10/10/2010. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/publicacoes.php>>. Acesso em: 30 jul. 2011.

CREDIDIO, Fernando. Certificações sociais. **Revista Filantropia**, São Paulo, v. 05, n. 22, p. 16, março/abril, 2006.

DELORS, Jacques (Org). **Educação um tesouro a descobrir**: relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI. Brasília: Cortez, 1998.

DIAS, Edinéia Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto**: Manaus (1890-1920). 2. ed. Manaus: Valer, 2007.

DODIN, André. **São Vicente de Paulo e a caridade**. Curitiba, PR: Gráfica Vicentina, 1980. (Coleção Vicentina, n. 04).

FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira**. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1977.

GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano. Instituições escolares práticas. In: SAVIANI, Dermeval (orgs.). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas/SP: Autores Associados; HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

HADDAD, Lenira. **A creche em busca de identidade**: perspectivas e conflitos na construção de um projeto educativo. São Paulo: Loyola, 1991.

HANAN, Samuel Assayag; BATALHA, Ben Hur Luttembarck. **Amazônia**: contradições no paraíso ecológico. 5. ed. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

KAMPEL, Silvana Amaral; CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira. **Análise espacial do processo de urbanização da Amazônia**. INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Relatório Técnico, dezembro/2001.

LESSA, Ricardo. **Amazônia**: raízes da destruição. 6. ed. São Paulo: Atual, 1991. (Série História Viva).

MARTELLI, Amália. **Amazônia**: nova dimensão do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1969.

MOTA, Assislene da Mota (org.). **História e memória da educação na cidade de Manaus (1889-1930)**. Manaus: ESBAM, 2010.

NAVES, Rubens. Novas possibilidades para o exercício da cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 565 - 583.

NÚÑEZ JIMÉNEZ, Antonio. **De canoa, do Amazonas ao Caribe**. Trad. Paulo Renan Gomes da Silva. Manaus: IPAAM, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Ubelino de; PORTELA, Fernando. **A Amazônia**. 11. ed. São Paulo: Ática, 1996.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações, associações, e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários**. 6. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2006.

PANTALEÃO, Leonardo (org.). **Fundações educacionais**. São Paulo: Atlas, 2003.

POGGIOLI, Mizaél Donizetti. (org.). **Caridade-missão: 350 anos da morte de Vicente de Paulo e de Luíza de Marillac**. São Paulo: Catálise, 2010. (Coleção Vicentina, n. 33).

SALADO, Rigeria. Certificações sociais. **Revista Filantropia**, São Paulo, SP, v. 05, n. 22, p. 27-30, março/abril. 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnicas e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SAVIANI, Dermeval et al (orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas/SP: Autores Associados; HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO. **Regra da Sociedade de São Vicente de Paulo no Brasil**. 30. ed. Rio de Janeiro: CNB da SSVP, 2001.

SOUZA JUNIOR, Osmar Moreira de; DARIDO, Suraya Cristina. **Para ensinar educação física: possibilidades de intervenção na escola**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2009.

TEIXEIRA, Pery (coord.). **Ser criança na Amazônia: uma na análise das concepções de desenvolvimento infantil na região norte do Brasil**. Pará: Fundação Joaquim Nabuco - UNICEF, 2004.

TEPEDINO Gustavo; LEWICKI Bruno. **O estatuto da igreja está adequado ao novo código?** Disponível em: <<http://www.direitonosso.com.br/artigo17.htm>>. Acesso em: 31 jul. 2011.

WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Manaus>>. Acesso em: 21 ago. 2011.

ANEXO A

ESTATUTOS DA CASA DA CRIANÇA

Denominação, fins e sede

Art. 1º - A “Casa da Criança” – instituição de assistência social, fundada em 1º de fevereiro de 1948, nesta cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas - como pessoa jurídica de direito privado responde por todas as obrigações a esse título inerentes, a fim de gozar de todos os direitos que lhe são outorgados.

Art. 2º - Tem a “Casa da Criança” por objetivo dar assistência completa à infância pobre de Manaus, contribuindo para fazê-la feliz.

Art. 3 – São seus fins:

- a) **No setor saúde** – velar pela criança pobre de Manaus, vítima de carência alimentar e do impaludismo, periódico, proporcionando-lhe assistência médica regular;
- b) **No setor educacional** – tirar, principalmente, da idade pré-escolar o máximo de rendimento, por meio de uma educação adequada, sob a orientação da moderna pedagogia;
- c) **No setor moral** – dar ao pré-escolar a formação moral e religiosa indispensáveis ao alicerce da personalidade;
- d) **No setor de assistência material** – oferecer à criança os elementos imprescindíveis ao seu desenvolvimento normal – alimentação, vestuário, material escolar.

Art. 4º - Para a consecução dos fins a que se propõe, mantém a “Casa da Criança”:

- 1 – Uma creche onde passam os dias, de 06:30 às 18h, as crianças enquanto suas mães vão ao trabalho;
- 2 – Ambulatórios de pediatria e de clínica geral;
- 3 – Um gabinete dentário;
- 4 – Uma escola maternal;
- 5 – Um Jardim de Infância que, por meio da atividade dirigida, desenvolve na criança, o espírito social e procura dar-lhe hábitos de independência, alternando jogos e cânticos com pequenos conhecimentos;
- 6 – Uma Agência de Serviço Social;
- 7 – Um dispensário de proporções reduzidas faz arte do seu programa de proteção à criança, atendendo famílias reconhecidamente necessitadas.

Art. 5º - A “Casa da Criança” funciona em sede própria e adequada ao fim a que se destina, construída sob planta do Departamento Nacional da Criança. Fica situada à Rua Ramos Ferreira, 1.345 – Centro.

Da Administração em Geral

Art. 6º - A administração está confiada à associação das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo. Seu corpo diretivo é assim constituído:

Presidente – que será, sempre, de nomeação da Irmã Visitadora Provincial daquela Associação.

Uma Secretária e uma Tesoureira que terão mandato por tempo indeterminado.

Art. 7º - Atribuições da Diretoria:

Compete à Presidente

- a) Receber auxílios, subvenções e donativos
- b) Representar a instituição

À Secretária

- a) Arquivar a correspondência
- b) Redigir atas e demais escritas

À Tesoureira

- a) Receber da Presidente os auxílios, subvenções e donativos

- b) Fazer a arrecadação das contribuições
- c) Ter em ordem o balancete

Dos sócios

Art. 8º - A manutenção da obra está a cargo de sócios. Estes são de duas categorias: sócios benfeitores e sócios contribuintes particulares.

Entre os primeiros estão incluídos a Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência e o Departamento Nacional da Criança que vem auxiliando a construção do prédio.

Art. 9º - Não respondem os sócios contribuintes subsidiariamente pelas obrigações civis da Diretoria.

Do Patrimônio

Art. 10º - A Diretoria organizará, observando-se os princípios gerais de economia, o patrimônio da instituição com os elementos seguintes:

- a) Subvenções do Estado e da União
- b) Subvenções da Prefeitura Municipal
- c) Contribuições de sócios
- d) Donativos
- e) Produto de festejos
- f) Eventuais

Art. 11 – Em caso de dissolução ou desistência das Filhas de Caridade, a Instituição passará a administração à Diocese de Manaus.

Disposições transitórias

Art. 12 – De início, recebe apenas crianças em idade pré-escolar, entre 04 e 07 anos, acompanhando-lhes o desenvolvimento harmônico das faculdades, nessa fase, hoje tida pelos psicólogos como “a idade de ouro da criança”.

Art. 13 – Quando em funcionamento os seus quatro pavilhões, acolherá a “Casa da Criança” a infância de 0 a 07 anos.

Art. 14 – Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pela Diretoria.

Presidente: Irmã Herminia Gomes de Mattos

Secretária: Irmã Analia de Castro e Silva

Tesoureira: Irmã Maria Colares Carvalho dos Anjos